

AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 27 | Nº 01 | JANEIRO 2007 | R\$ 13,00



ISSN 0100-4298



Especial

SEGURO AGRÍCOLA

Reduzir o risco para a produção

Soja

Conheça o preço de equilíbrio em Goiás

Saldo comercial

Agronegócio garante 93% do saldo total

Citricultura

Agenda para o crescimento



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

A CONSULTORIA QUE FAZ A DIFERENÇA

O DESAFIO



A SOLUÇÃO



O RESULTADO



FGV Projetos, a consultoria da Fundação Getúlio Vargas

Contamos com o conhecimento gerado pelas Escolas de Administração, de Economia e de Direito da FGV.
Temos os maiores especialistas do Brasil, prontos para apoiá-lo na busca do sucesso do seu negócio.

▫ Estudos de Cadeias Produtivas
▫ Gestão de Risco

▫ Estudos de Viabilidade Econômica
▫ Implantação de Pólo Agroindustrial

▫ Elaboração de Projetos MDL
▫ Estudos de Custo de Produção

Rio de Janeiro

Praia de Botafogo, 190 6º andar 22250-900

RJ Brasil

☎ (5521) 2559-5424 📠 (5521) 2559-6061

São Paulo

Av. Paulista, 548 8º andar 01310-000

SP Brasil

☎ (5511) 3281-7784 📠 (5511) 3281-7891

💻 www.fgvprojetos.fgv.br

✉ fgvprojetos@fgv.br

O agronegócio é o seguinte

Mais próximo do Primeiro Mundo

O AGRONEGÓCIO brasileiro mostra a sua competitividade a ponto de bater, em 2006, pelo sexto ano consecutivo, recorde na exportação e no saldo da balança comercial. As exportações tiveram como destino mais de 215 países, um sinal claro de que a cultura de exportar fica cada vez mais consolidada entre as cadeias produtivas. O saldo comercial representou 91% do obtido pelo País. São números exuberantes.

Grande esteio da economia nacional, o setor convive com uma taxa de risco elevada. Não existe no planeta nenhum país com a magnitude da agricultura brasileira em situação tão complicada. Como a atividade passa por movimentos cíclicos em função de tecnologia, mercado, câmbio, juros, desastres climáticos e sanitários, dentre outros, cabem medidas para minimizar seus efeitos.

Do ponto de vista do risco de mercado, a evolução dos contratos futuros na Bolsa de Mercadorias & Futuros em 2006, seja em termos da quantidade negociada como no seu valor é uma boa notícia. Isso faz parte de um processo lento de mudança cultural no início, mas com a tendência de velocidade crescente ao longo do tempo. O mais importante é que dificilmente enfrentaremos retrocesso, pois os beneficiários desses instrumentos tomaram consciência de como melhoram a gestão da propriedade.

Quando se passa a abordagem para o risco da produção por doenças, pragas e adversidades climáticas, o caminho a ser perseguido ainda é longo. Em 2004, as grandes estiagens frustraram a renda de milhares de agricultores e provocaram perdas de R\$ 10 bilhões, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Sem seguro agrícola, uma ferramenta vital para garantir a vida econômica do campo, a produção amargou um enorme prejuízo, que se alastrou pelas cadeias produtivas. Dois anos depois, muitas regiões ainda não superaram as seqüelas deixadas por essa crise.

Nos Estados Unidos, o seguro rural está próximo de completar 70 anos. A sua capacidade de cobertura de sinistros chega a US\$ 40 bilhões, com uma arrecadação

inferior a 15% desse valor. Estão cobertos quase 90 milhões de hectares. Na Europa, a Espanha é o modelo da aplicação de uma política de seguro agrícola de grande eficácia. Até mesmo países da América Latina poderiam ser citados, como Colômbia, Chile e El Salvador.

No Brasil, o seguro rural começa a deslanchar. O momento, portanto, é propício para oferecer ao leitor mais informações sobre esse importante instrumento. Nesta edição, **Agroanalysis** traz um caderno especial produzido em parceria com a Aliança Seguradora, com muita informação e análise.

A constituição de um Fundo de Catástrofe continua a ser uma grande prioridade, pois dá sustentabilidade ao sistema nos momentos mais críticos de alta incidência de sinistros. O aporte de recursos anuais com o apoio do governo é vital para a viabilização de uma política de seguro agrícola no País.

É claro que, a luta por recursos públicos, com oferta limitada diante das demandas existentes, deve ser contínua. As lideranças do agronegócio devem mostrar para a sociedade o retorno das aplicações das verbas para aumentar a competitividade da produção agropecuária. Se existiram os custos dos subsídios concedidos ao setor durante 1998 a 2005, por conta de repactuação das dívidas com a securitização, Pesa e Recoop, os seus benefícios em termos da segurança alimentar familiar interna e na geração de divisas foram bem maiores. Isso é o que vale.

Com um céu azul de brigadeiro pela frente, a citricultura nacional deve preparar a sua agenda para os próximos anos, de modo a se capacitar e aproveitar as oportunidades que vem por aí. Já na cadeia sucroalcooleira, em fase de grande expansão, o desafio é como atravessar o período de entressafra sem choque no abastecimento de álcool. Em princípio, não há razões para grandes preocupações, ao contrário do que ocorreu no ano passado. Porém, como se trata de um produto estratégico e sensível, é natural ocorrerem ondas especulativas.

Feliz 2007 para todos. ■

AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do
Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves,
Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de
Oliveira, Ricardo Conceição, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Keith McCall, USDA Natural Resources
Conservation Service (capa) e Getty Images (pág. 5)

Secretaria e apoio administrativo: Debora
Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e
Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br.
Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.
Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-
3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548,
8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.agroanalysis.com.br



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e
filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como
pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar
no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia
e Administração, bem como contribuir para a proteção
ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra
Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor:

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti
de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,
Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio
Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho,
Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Felix de Bulhões, Jacob
Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna e Nestor Jost

Conselho Curador:

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira
de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martins
Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo
(Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau
S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A), Eduardo Hitiro Nakao
(IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Luiz Eduardo
Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das
Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do
Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Salles
(Publicis Salles Norton), Andrew MacLachlan Gray (Souza Cruz S/A), Raul
Calfat (Votorantim Participações S.A), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Gilberto Duarte Prado, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de
Petróleo Ipiranga S.A), Luiz Roberto Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza
Marinho (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de
Investimentos Crédit Suisse S.A, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia
Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos
Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Rui Barreto (Café
Solável Brasília S.A), Titto Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia S.A)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

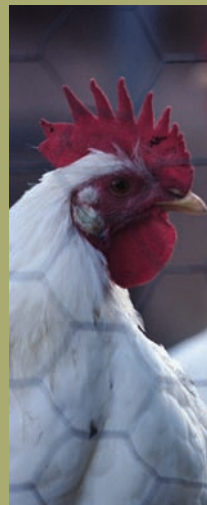
Diretor da FGV-EAESP: Fernando S. Meirelles

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.agroanalysis.com.br
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Especial Seguro agrícola



Proteção aos produtores

Açúcar e álcool



Balanço positivo
para a cana

Citricultura



Crescimento
sustentável

Exportações



Sexto recorde
consecutivo

Abre Aspas

6 Mario Sergio Cutait

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

Mercado & Negócios

12 Soja

13 Feijão

15 Citricultura

19 Megatendência

21 Pecuária

24 Exportação

Especial

E1 Seguro agrícola

Política agrícola

26 Crédito rural

Agroenergia

26 Etanol

27 Açúcar e álcool

Gestão

30 Qualiagro

Sustentabilidade

31 Transgênicos

32 Legislação

33 Diário de bordo

33 Produzir

34 Opinião

Mario Sergio Cutait

Presidente do Sindirações

Comida saudável para o rebanho

Bruno Blecher
da Redação

O SETOR de alimentação animal fechou o balanço de 2006 com crescimento de 2,5%, mas a grande conquista foi a aprovação da equivalência do programa de Boas Práticas de Fabricação (BPF) com o EurepGAP, protocolo da associação européia de supermercados e varejistas. “Isto vai facilitar ainda mais o acesso dos produtos agropecuários brasileiros aos países da União Européia, um dos principais mercados do mundo para carnes e alimentos para animais”, diz Mario Sergio Cutait.

Em entrevista à **Agroanalysis**, Cutait analisou as principais oportunidades do setor de rações e apontou também algumas ameaças, principalmente o pequeno número de fiscais.

AGROANALYSIS Qual é o balanço do setor de rações em 2006? A crise na pecuária

de corte atrapalhou o desempenho das indústrias?

MARIO SERGIO CUTAIT Pedi ao comitê de estatísticas do Sindirações que não só me fornecesse os números do faturamento do setor, mas também dados sobre a rentabilidade. Esse número, porém, não está disponível. De qualquer forma, eu posso afirmar que a rentabilidade foi quase negativa no ano passado, e os índices de inadimplência foram recordes. É preocupante dizer que nós vamos crescer quase 10% em 2007, porque pode parecer que vamos atravessar um céu de brigadeiro e não é isto que vai acontecer. A indústria de alimentação animal, que inclui os fabricantes de rações balanceadas, alimentos para animais de estimação, *premium*, suplementos minerais e suprimentos, fechou 2006 com crescimento de 2,5%. A produção

chegou a 48,4 milhões de toneladas. O grande destaque foi o segmento *pet food*, que cresceu 7,6%. O mercado de suplementos para bovinos manteve-se estável e, a avicultura de corte, cresceu 2,3%.

AGROANALYSIS A performance poderia ser bem melhor, não fosse o surto de febre aftosa ocorrido no início de 2006.

CUTAIT A aftosa afetou os preços do boi vivo, principalmente em Mato Grosso do Sul e no Paraná. E, naturalmente, os fabricantes de insumos e de suplementos animais também sentiram as dificuldades dos pecuaristas.

AGROANALYSIS A indústria brasileira de ração, de outro lado, vem registrando grande evolução, principalmente no que diz respeito à qualidade. Há mais notícias boas?

CUTAIT A boa notícia é que está em processo de gestão a Associação das Indústrias Latino Americana para Alimentos Animais. O Sindirações liderou este processo. Este mês, em Atlanta (EUA), vamos nos reunir com a Câmara Argentina de Empresas de Nutrição Animal, com o Conselho da Indústria de Fabricantes de Alimentos Balanceados do México e a indústria da Costa Rica. Juntos, Brasil, Argentina e México representam 80% da população latino-americana. Nós vamos discutir a formação da aliança latino-americana do setor e, a pedido da FAO, as prioridades serão melhorar de forma homogênea a qualidade dos alimentos para animais e a adoção do código de boas práticas de fabricação.

“A produção chegou a 48,4 milhões de t. O grande destaque foi o segmento *pet food*, que cresceu 7,6%. O mercado de suplementos para bovinos manteve-se estável e a avicultura de corte cresceu 2,3%”

“Atendemos os nossos clientes “sob medida”. O freguês é quem manda. Ele pede um tipo de alimentação para o gado, um corte específico de carne, e nós fazemos. É isso que garante a nossa competitividade”



AGROANALYSIS Produzir ração animal para um país que hoje ocupa a liderança do ranking mundial das exportações de carnes é uma grande oportunidade, mas também representa um enorme risco. As indústrias do setor estão preparadas para enfrentar esse desafio?

CUTAIT Os grandes desafios do Sindirações são os chamados marcos regulatórios e os programas de qualidade e de certificação, tendo em vista garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade. Temos que ter flexibilidade para produzir rações tanto para o mercado interno quanto para a exportação. Nós não podemos engessar o setor. O Brasil cresceu no comércio de carnes, porque a cadeia do setor, da produção de rações aos frigoríficos, adotou o que nós chamamos de *taylor made*. Atendemos os nossos clientes “sob medida”. O freguês é quem manda. Ele pede um tipo de alimentação para o gado, um corte específico de carne, e nós fazemos. É isso que garante a nossa competitividade no comércio de proteínas animais. Manter essa flexibi-

lidade com segurança é o grande desafio. Os nossos concorrentes estão loucos para tentar nos engessar. Mas a cadeia está unida para manter essa competitividade. Esse é o futuro do Brasil. Aliás, esse é o futuro da América Latina.

AGROANALYSIS Quais são as grandes exigências dos nossos clientes lá fora em relação ao cardápio dos bovinos, das aves e dos suínos?

CUTAIT Boas práticas de fabricação, seguindo as especificação do EurepGAP. Nós não discutimos se as normas do EurepGAP estão certas ou erradas. As redes de supermercado querem assim, nós nos adaptamos para fazê-lo e pronto. A maioria das nossas empresas está habilitada e segue as normas do EuropeGap. A Europa faz exigências de vários tipos e a nossa função é atendê-las. Nós hoje estamos preparados para atender a 100% das exigências dos nossos clientes na Europa.

AGROANALYSIS O mesmo produto que hoje é oferecido ao mercado externo é

vendido no Brasil. A qualidade da ração é a mesma?

CUTAIT Na medida em que a empresa muda o seu sistema de gestão da qualidade, para atender as exigências do mercado externo, ela também passa a oferecer um produto de melhor qualidade no mercado doméstico. Para que ter um controle de resíduo só para o produto exportado? Eu já mudo o sistema de gestão de qualidade para o mercado brasileiro também. Isto se for alguma coisa razoável, com comprovação científica. Nós não compactuamos com as barreiras comerciais disfarçadas.

AGROANALYSIS Qual é a posição do Sindirações em relação aos produtos da biotecnologia, em especial os OGMs?

CUTAIT Precisamos manter a nossa competitividade, ao mesmo tempo em que precisamos preservar a segurança dos nossos produtos. Cabe ao Brasil liberar o uso de produtos comprovadamente seguros, sejam eles transgênicos ou não. Os nossos concorrentes lá fora usam estes



“ O Global Feed & Food vai debater como produzir alimentos para todos, respeitando o meio ambiente e assegurando o bem-estar da população. Essa questão, cada vez mais, é uma preocupação de todo o planeta”

produtos. Os EUA usam, a Argentina usa. Os custos são mais baixos.

AGROANALYSIS No futuro, ração e medicamento serão uma coisa só?

CUTAIT Um alimento para animal hoje é composto de grãos, cereais e aditivos como vitaminas, aminoácidos e minerais. O MAPA está elaborando uma instrução normativa para os chamados alimentos medicados. São rações mais controladas que as rações normais. No futuro, algumas coisas que hoje nós adicionamos à ração já vão estar no milho, por exemplo. A biotecnologia vai produzir milho com teor mais alto de vitamina. Mas nós estamos ficando para trás nessa área.

AGROANALYSIS Há um risco muito alto no setor de rações. O setor cresceu muito, e hoje o governo não tem muita capacidade para fiscalizar todas as empresas.

CUTAIT Precisamos de muita fiscalização. A indústria brasileira de ração cresceu muito, o número de empresas cresceu, o volume de produção hoje é altíssimo. O Brasil se tornou um grande exportador, mas o número de fiscais do Ministério da Agricultura é o mesmo. É muito pouco. O risco é elevadíssimo. É fácil você fiscalizar quem está à beira da estrada ou na grande cidade, mas hoje existe um

grande número de empresas de rações animais dentro das propriedades rurais. Estes estabelecimentos precisam ser registrados e fiscalizados. O MAPA deve ter poder jurídico para fechar empresas que não mantêm boas práticas de produção. Precisamos apoiar o Ministério na área da fiscalização.

AGROANALYSIS O Sindirações vai promover este ano mais um grande congresso internacional. Qual será o grande tema?

CUTAIT Depois do sucesso da primeira edição realizada em 2005, a FAO e a IFIF [International Feed Industry Federation] realizarão no Brasil, pela segunda vez, o Global Feed & Food Congress, evento organizado por nós do Sindirações. O grande tema deste congresso será a sustentabilidade: como produzir para o bem-estar de todos com qualidade, segurança, responsabilidade, preservando o meio-ambiente. O evento vai acontecer em São Paulo, entre 16 e 18 de abril próximo.

AGROANALYSIS Quem são as grandes estrelas deste congresso?

CUTAIT O 2º Global Feed & Food Congress vai contar com a presença de participantes de países produtores e consumidores, especialmente dos Estados Unidos, da União Européia, da América Latina e da China. No ano passado, o congresso

abriu caminho para soluções práticas. Com a produção de alimentos seguros e a adoção de boas práticas de fabricação, respeitando o meio ambiente, vamos reduzir o desperdício, aumentar a rastreabilidade, garantir a certificação e melhorar a qualidade de vida das pessoas. O objetivo também é o de reduzir o preço dos alimentos, gerar mais empregos e aumentar a demanda interna e externa.

AGROANALYSIS A sustentabilidade é o maior desafio da agricultura mundial?

CUTAIT Vamos debater como produzir alimentos para todos, respeitando o meio ambiente e assegurando o bem-estar da população. Essa questão, cada vez mais, é uma preocupação de todo o planeta. Há uma previsão de que a população mundial cresça mais de 50% até meados deste século, chegando a 9 bilhões de pessoas. Quem vai alimentar toda esta gente? O Brasil é o terceiro país produtor de alimentos para animais – são 47 milhões de toneladas por ano. Só perdemos para os Estados Unidos e a China. Com população superior a 186 milhões, o Brasil tem hoje um dos maiores mercados consumidores do mundo. Aproximadamente 80% da produção brasileira de alimentos são consumidos internamente e apenas 20% são exportados para mais de 209 países. ■

Macroeconomia

O que limita o crescimento

Rogério Mori*

A DISCUSSÃO pela retomada do crescimento econômico brasileiro em ritmo mais acelerado ganhou força e espaço nos últimos meses. Basicamente, o governo retomou esse ponto após as eleições e recolocou na agenda esse debate. A idéia básica subjacente remonta à problemática de como aumentar o crescimento econômico médio brasileiro de cerca de 2,5% ao ano das duas últimas décadas para algo próximo a 5% ao ano. Em outras palavras, o governo colocou na mesa o desafio de acelerar o crescimento e não repetir o pífio resultado do primeiro mandato do presidente Lula, que em termos médios manteve-se rigorosamente no mesmo patamar verificado desde os anos 1980.

É óbvio que os entraves ao crescimento não são poucos. Particularmente, o grande desafio do Brasil é como crescer em ritmo mais acelerado sem o surgimento de pressões inflacionárias que venham a comprometer os ganhos obtidos com a estabilização da inflação em patamar baixo desde a implementação do Plano Real em 1994.

É curioso observar que, gradativamente, ao longo do tempo o eixo da discussão em torno dos limitadores do crescimento foi mudando. Nos anos 1980 e início da década de 1990, o descontrole inflacionário era o principal responsável. Após o sucesso da estabilização, a agenda de redução do “Custo Brasil” e das reformas constitucionais tornaram-se fundamentais e, ao longo do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, essa agenda transitou para a problemática da valorização cambial e o desajuste das contas públicas. Com a mudança do regi-

me cambial em 1999 e a implementação do regime de metas para inflação, o eixo deslocou-se gradativamente para incertezas jurisdicionais e marcos regulatórios mal definidos.

Nesse contexto, o elemento essencial e consensual nesse debate remonta à necessidade da retomada de investimentos produtivos em bases mais vigorosas, como uma forma de ampliar a oferta agregada e acomodar expansões da demanda sem a geração de pressões inflacionárias. É claro que outros elementos associados à sustentabilidade de um patamar elevado de crescimento econômico no longo prazo, como a educação, não devem ser desprezados. No entanto, a retomada dos investimentos produtivos se mostra crucial com forma de permitir uma aceleração do ritmo do crescimento econômico brasileiro no médio prazo.

Países como Chile, Índia, China e Coréia do Sul tiveram um desempenho econômico em termos de crescimento muito superior ao brasileiro na última década. Não sem razão, a taxa de investimento como proporção do PIB dessas economias é bem superior à brasileira (vide tabela).

Em outras palavras, caso o objetivo do governo seja, de fato, atingir a média de 5% de crescimento do PIB nos próximos quatro anos, não existe muita alternativa à retomada dos investimentos produtivos no País. A questão chave nesse processo refere-se a quais são os elementos essenciais que devem ser lidados para que isso ocorra.

Nesse ponto, uma miríade de questões e problemas é apresentada no bojo dessa discussão. Elementos como incerteza

Taxa de crescimento e investimento

	Crescimento do PIB [% aa] ¹	Taxa de Investimento [% do PIB] ²
Brasil	2,2	19,5
Chile	4,2	23,3
China	8,9	35,3
Coréia do Sul	4,4	32,0
Índia	5,6	22,7

Fonte: FMI e Banco Mundial (1) 1996-2005 (2) 1995-2004

jurisdicional e marco regulatório têm um papel importante como limitador de investimentos no Brasil. No entanto, outros elementos mais relevantes surgem nesse contexto e se apresentam como mais prioritários.

Do lado do governo, é óbvio que a necessidade da retomada dos investimentos do setor público, particularmente em infra-estrutura, são fundamentais para a economia brasileira. Porém, a “falência” do setor público em um ambiente de virtual descontrole dos gastos correntes limita o espaço disponível em orçamento para a realização de investimentos. Adicionalmente, esse fenômeno carregou em si, ante a necessidade de ajuste das contas públicas nos últimos anos, um aumento da carga tributária brasileira sem precedentes na história recente do País. Tal fato, sem dúvida, tem afetado em grande medida as decisões de investimento do setor privado no País.

Outros limitadores importantes residem na taxa de juros e na taxa de câmbio. Apesar da queda da taxa básica de juros, as taxas cobradas na ponta do empréstimo ainda permanecem significativamente elevadas, limitando a capacidade de investimento do setor privado. Do lado da taxa de câmbio, a apreciação real observada nos últimos anos também tem limitado o País como um atrativo de investimentos do setor privado nacional e estrangeiro.

Em outras palavras, os entraves são muitos e as soluções ainda parecem distantes. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (CEMAP) da FGV-EESP

Qualidade da Carne

A Central Bela Vista Genética Bovina e o Instituto de Biociências da Unesp [Universidade Estadual Paulista] de Botucatu (SP) mantém em Pardiniho (SP) o Laboratório de Bioquímica da Carne, que atende a programas de certificação de qualidade da carne. Juntamente com o laboratório, o convênio entre a Bela Vista e a Unesp prevê a criação do Centro de Estudos da Carne Bovina, que deverá desenvolver padrões de produção e classificação de carcaças. Maior produtor mundial de carne bovina, o Brasil hoje está no foco do mercado internacional. Para consolidar e até ampliar os seus negócios lá fora, os pecuaristas e frigoríficos deverão atender aos padrões de qualidade e segurança exigidos pelos grandes importadores.

Tecnologia no pasto

Em visita ao Brasil, Patrick J. Moore, presidente da Opic, surpreendeu-se com o avanço tecnológico da pecuária nacional. Ele acredita que a estabilidade da moeda levou o fazendeiro a se profissionalizar. Moore vai abrir o Congresso Internacional da Carne, a ser promovido pela OPIC/IMS em abril próximo no Hotel Renaissance, em São Paulo. O Congresso reúne agentes do negócio de carnes de todo o mundo. A OPIC (Organização Permanente Internacional da Carne) tem sede em Paris e trabalha para a carne e a indústria pecuária em escala global. O presidente da OPIC comentou principalmente os avanços das pesquisas brasileiras na área de marcadores genéticos e a fartura de água no Brasil. Para ele, o fato de Brasil conseguir produzir carne de todos os tipos para todos os gostos, seja orgânica, de cruza industrial ou de zebu, transforma o País no mais importante player do mercado internacional.

VOLTA ÀS ORIGENS



Francisco Graziano Neto, novo secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, está otimista em relação aos desafios da sua pasta. Ex-secretário de Agricultu-

ra e Abastecimento de São Paulo, Xico presidiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) durante o governo Fernando Henrique. Para quem estranhou a sua indicação, vale lembrar que ele sempre foi ligado à ecologia. Durante a campanha de José Serra, Graziano contribuiu para o programa de governo, principalmente nas questões ligadas à expansão da economia canavieira em São Paulo. “Iniciei a minha vida profissional na área ambiental. Fui produtor orgânico e participei da equipe que montou o Consema [Conselho Estadual do Meio Ambiente], no governo Montoro. Agora, estou voltando às origens”, diz Graziano.

Pró-Genética

A ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu) está desmistificando o conceito de que todos os touros de alta qualidade são caros. Em leilões de elite, os preços costumam explodir, mas existem milhares de tourinhos de bom nível nas fazendas e plenamente acessíveis ao bolso dos pequenos criadores. Para facilitar o acesso dos pequenos criadores à genética, a ABCZ, junto com o governo de Minas Gerais, lançou uma espécie de varejo de tourinhos. A primeira feira foi realizada em Montes Claros (MG). Pequenos e médios produtores puderam comprar reprodutores de alta qualidade genética utilizando linhas de crédito. Os criadores compraram tourinhos com idade entre 20 a 48 meses, utilizando recursos do Banco do Nordeste do Brasil.

BOI FORTE

“O grande desafio da pecuária brasileira para 2007 é ampliar a cooperação entre os produtores e os frigoríficos para que o país possa deslanchar na liderança no mercado mundial de carnes”

Sebastião Costa Guedes, presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte



Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

Futuro em alta



Apesar das dificuldades enfrentadas pela agricultura, as transações com contratos agropecuários encerraram 2006 com resultado recorde: 1,354 milhão, no valor de US\$ 12,473 bilhões. Esses números superam, respectivamente, em 24,37% e 23,05% os alcançados em 2005. O principal contrato negociado foi o de café, seguido pelo boi gordo. Um ponto positivo registrado durante o ano, com impacto positivo no desempenho da Bolsa, foi a decisão das indústrias e dos produtores em aumentar o volume de operações de arbitragens, para diluir diferenças

BM&F: Quantidade de contratos negociados		
Produto	2005	2006
Açúcar	65.387	70.027
Alcool	25.546	26.426
Algodão	3.338	2.920
Bezerro	3.031	296
Boi gordo	311.530	393.250
Café arábica	509.950	561.434
Milho	97.795	138.482
Mini de boi	24.984	61.935
Soja	47.397	99.525

Fonte: BM&F

de preço entre a Bolsa de Chicago e o mercado doméstico. A gestão de risco chega ao campo.

Made in São Paulo

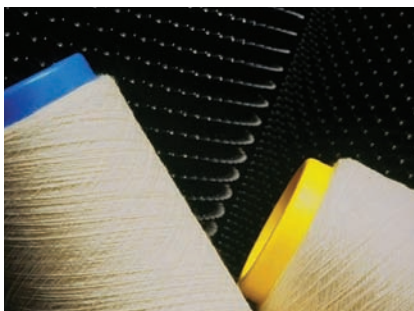


“Precisamos melhorar nossa postura comercial, modernizando e aperfeiçoando as relações comerciais com bancos, fabricantes de máquinas e implementos, vendedores de insumos e principalmente consumidores finais. Os produtos paulistas têm qualidade e segurança. Precisamos certificá-los, atestando a origem e os processos de produção”. Foi o que afirmou o novo secretário da agricultura do Estado de São Paulo, João Sampaio, na cerimônia de posse. Natural de São Paulo (SP), Sampaio, 41 anos, é filho, neto e bisneto de famílias tradicionais do setor rural.

Algodão para exportação

Em 2001, os embarques brasileiros de algodão em pluma representavam 15,6% da produção total do país. No ano passado, esse percentual saltou para 30,1%, e a expectativa é de que as exportações passem a mais da metade da produção nesta safra ou na próxima. Segundo o Cepea/USP, 764 mil toneladas da atual safra (2006/07) já estão comprometidas. Desse total, 565 mil devem ser destinadas ao exterior, ou 43% da oferta total. As exportações desta safra podem chegar a 600 mil t. O algodão brasileiro é consumido principalmente na Ásia. Boa parte do algodão brasileiro que vai para a China, maior

importador mundial, volta ao Brasil na forma de roupa, concorrendo com as indústrias brasileiras. A colheita se inicia em março no Paraná e São Paulo. Mato Grosso, maior produtor brasileiro, começa a colher o algodão em maio.



ENERGIA LIMPA

20%

da energia consumida na UE devem provir, até 2020, de fontes renováveis, segundo plano divulgado pela Comissão Européia.

10%

dos combustíveis utilizados nos veículos utilizados nos países da União Européia, até 2020, devem ser biocombustíveis, segundo o Plano da Comissão.

Soja no Centro-Oeste

Custos do plantio

Paulo César Dias do Nascimento Júnior*
Salim Abib Attuch de Mello Neto**

O SUDOESTE de Goiás reflete as dificuldades do setor agrícola nacional, com a redução do preço do produto em razão da valorização do real e a empolgação com os “anos de ouro” das safras 2002/03 e 2003/04. Há dois pontos para serem assinalados:

- Os financiamentos para máquinas equipamentos agrícolas, com prazos de quatro a cinco anos, para aumentar a eficiência do uso dos recursos produtivos da empresa;
- O aumento nos preços de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas em relação ao aumento do poder de compra do produtor rural.

Para uma área de 600 hectares e produtividade média de 45 sacas por hectare, as planilhas dos custos de produção da safra 2004/05 mostram: uma participação de 5% a 8% para pagar os financiamentos realizados nas temporadas anteriores; e a maior participação do insumos, que subiu de 40% a 42%, na safra 2003/04, para 58,37% nos custos atuais de produção.

É comum o produtor rural incorporar nos custos totais de produção apenas os custos com insumos e serviços [*operações mecanizadas e manuais*], sem apropriar os custos fixos de produção [*depreciação, custo de oportunidade da terra e do capital estável, pro labore, e parcelas relacionadas a investimentos em máquinas e implementos*]. Quando são incorporadas essas variáveis chega-se a um custo econômico que acresce, em valores absolutos, R\$ 345,60 por hectare no custo, correspondentes a

22,29% dos custos totais.

Na análise da renda temos duas hipóteses: com a incorporação dos custos fixos, uma precificação abaixo de R\$ 34,45/saca não alcança o lucro econômico; e sem a incorporação dos custos fixos, um custo por unidade de R\$ 26,77 é prejuízo na certa.

A nova economia de mercado exige eficiência de todos os agentes. Os problemas operacionais no setor produtivo impedem a maior competitividade. É necessária a Tecnologia de Informação (TI) para fornecer informações à tomada de decisão e melhoria na gestão dos recursos.

A aplicação da TI amplia a velocidade de transformação de uma realidade tradicional em visão empresarial, com planejamento e controlada por sistemas gerenciais, para mostrar a situação econômica da empresa em curto, médio e longo prazos. ■

* Professor, mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa.
E-mail: paulocesar@fesurv.br.

Custo da soja na safra 2005/06 (por hectare)

Componentes	Com Custo Fixo Total			Sem Custo Fixo Total		
	Valor			Valor		
	R\$	US\$	Part. (%)	R\$	US\$	Part. (%)
Custo Fixo Total	345,60	160,74	22,29	0,00	0,00	0,00
Custo Variável Total	1.204,78	560,37	77,71	1.204,78	560,36	100,00
Insumos	904,99	420,93	75,12	904,99	420,93	75,11
Operação Mecanizada	105,60	49,12	8,77	105,60	49,12	8,77
Administrativos	194,19	90,32	16,12	194,19	90,32	16,12
Custo Total	1.550,38	721,11	100,00	1.204,78	560,36	100,00
Custo Total Médio/saca	34,45	16,02	-	26,77	12,45	-

Renda da soja: na safra 2005/06 (600 hectares)

Com Custo Fixo Total									
Preço da saca	RBT	CT	CTMe	% acima	TR	QT	Q.T.N.	R.Q	RLT
	R\$	R\$		do CTMe	%/ano	Sacas	Sacas	%	R\$
20,00	540.000,00	930.227,22	34,45	-41,95	-72,26	27.000,00	46.511,36	172,26	-390.227,22
30,00	810.000,00	930.227,22	34,45	-12,92	-14,84	27.000,00	31.007,57	114,84	-120.227,22
40,00	1.080.000,00	930.227,22	34,45	16,10	13,87	27.000,00	23.255,68	86,13	149.772,78
Sem Custo Fixo Total									
Preço da saca	RBT	CT	CTMe	% acima	TR	QT	Q.T.N.	CP	RLT
	R\$	R\$		do CTMe	%/ano	Sacas	Sacas	%	R\$
20,00	540.000,00	722.867,22	26,77	-25,30	-33,86	27.000,00	36.143,36	133,86	-182.867,22
30,00	810.000,00	722.867,22	26,77	12,05	10,76	27.000,00	24.095,57	89,24	87.132,78
40,00	1.080.000,00	722.867,22	26,77	49,41	33,07	27.000,00	18.071,68	66,93	357.132,78

RBT = Receita Bruta Total; CT = Custo Total; CTMe = Custo Total Médio; TR = Taxa de Retorno; QT = Quantidade Total (sacas); QTN = Quantidade Total Necessária (sacas); RQ = Resultado em Quantidade % de Sacas, Resultado Líquido Total

Feijão

Produtividade e consumo

Sheila Pereira Gonçalves*
Evaristo Marzabal Neves**
José Sidnei Gonçalves***

AS INOVAÇÕES tecnológicas possibilitam incrementos de renda e a diversificação das zonas produtoras. Nas lavouras paulistas de feijão, o processo foi intenso. A atividade transformou-se de subsistência em empresarial. Os impactos distributivos na renda foram expressivos: 48,72% apropriados pelos consumidores e 51,28% pelos produtores.

A evolução da produtividade do feijão no estado de São Paulo mostra uma trajetória descendente desde o final da década de 1940 até 1970. A partir daí, passou a ser ascendente. Esse desempenho está associado ao lançamento do cultivar carioca.

Sem material genético não faz sentido a intensificação do uso de insumos como fertilizantes e corretivos. O feijão é exigente em termos de acidez e apresenta retorno de produtividade quando tratado com adubos nitrogenados.

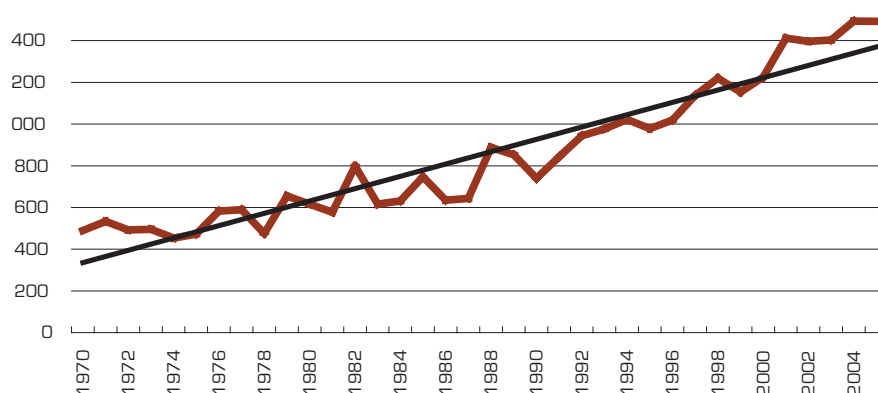
A realidade dos anos 1970 trouxe benefícios para os lavradores. Na mesma unidade de área as produções triplicaram, com elevação na renda bruta. O cultivar carioca abriu espaço para a modernização da lavoura, tendo se convertido em um tipo comercial dos feijões de cores,

Com a disponibilidade de material genético a modernização produtiva das lavouras paulistas de feijão ficou viabilizada e contribuiu para o fomento da política agrícola baseada no crédito subsidiado, para estimular o uso de fertilizantes, corretivos e agroquímicos.

Mecanização

A mecanização, atualmente, pode ser realizada em todo processo produtivo, do plantio à colheita, enquanto a irrigação

Estado de São Paulo: evolução da produtividade do feijão (kg/ha)



Fonte: dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA)

está na fronteira do avanço tecnológico nas lavouras. O feijão ainda convive com enorme disparidade da produtividade: os plantios de sequeiro obtêm 600 kg/ha e plantios irrigados colhem 4.200 kg/ha. Há enorme espaço para ocorrer um incremento da produtividade média.

Os expressivos ganhos de produtividade da lavoura de feijão nas terras paulistas mostram dois aspectos interessantes na queda de preços do quilograma:

- uma, significativa, entre R\$ 6,00 e R\$ 10,00, no período 1970 a 1985, para R\$ 2,00 e R\$ 4,00 no período 1995 a 2005;
- outra, de reduzida amplitude, no período 1995 a 2005.

Essa tendência de preços reflete os efeitos distributivos das inovações tecnológicas para os consumidores, com elevação da produtividade e maior oferta durante maior número de meses no ano, além de resultarem da inflação reduzida no período recente.

Os impactos da modernização produtiva também se mostraram expressivos para os consumidores. No início dos anos 1970, um salário mínimo adquiria entre 40 a 60 quilos de feijão, contra 100 a 120 quilos nos primeiros anos do século XXI.

Quando se considera o poder de compra do salário mínimo atual, de R\$ 350,00, com ele, no início dos anos 1970 se comprava 60 quilos, em meados dos anos 1990, 120 quilos e, em anos mais recentes, 110 quilos.

Isso é uma prova de que o poder de compra dos salários urbanos foi significativamente elevado devido à queda dos preços do feijão, um reflexo dos ganhos de produtividade das lavouras de feijão.

A redução dos patamares de preços do quilo de feijão no varejo paulistano em valores constantes, vai de uma média de

- R\$ 4,87 de 1971 a 1978
- R\$ 5,14 de 1978 a 1985
- R\$ 2,37 de 1988 a 1995
- R\$ 1,58 de 1998 a 2005

Os benefícios derivados da inovação tecnológica foram muito expressivos para os consumidores paulistanos. Sem o progresso técnico realizado, os preços do feijão seriam o triplo dos atuais. O alimento dificilmente teria a magnitude de consumo vigente, em especial para as camadas mais carentes da população urbana. Os impactos sociais e culturais são irrefutáveis, primeiro, pela manutenção de um hábito alimentar saudável com a ingestão de proteína vegetal de alta qualidade, acrescida do aumento dos percentuais de aminoácidos essenciais incorporados nos novos materiais genéticos; e, depois, pelos meno-

res custos dessa alimentação, com efeitos positivos na qualidade de vida.

Os avanços tecnológicos ampliaram as possibilidades de plantio com mais safras durante o ano, além de viabilizar o cultivo de feijão em diversas regiões. Como resultado, a amplitude dos índices sazonais de preços de feijão no varejo paulistano caiu:

- 17 pontos de 1971 a 1978;
- 14 pontos de 1978 a 1985;
- 5 pontos de 1985 a 2005.

Chamam também atenção os efeitos perversos na estabilidade de preços devidos à inflação descontrolada no período

1988 de 1995, quando a amplitude sazonal dos índices de preços de feijão no varejo paulistano atingiu 35 pontos, a maior do espaço de tempo analisado.

O comportamento dos preços pagos pelo feijão pelos consumidores no varejo paulistano sintetiza os benefícios da pesquisa pública com um produto alimentar fundamental graças a uma oferta regular a preços cadentes, sem a gangorra de preços entre a safra e a entressafra. Importante ainda é destacar a melhoria na qualidade do produto, de modo a respeitar a preferência do consumidor.

Síntese das conclusões

Os resultados da análise dos impactos da inovação tecnológica nas lavouras de feijão em termos da produtividade e dos preços aos consumidores no varejo paulistano, permitem afirmar que:

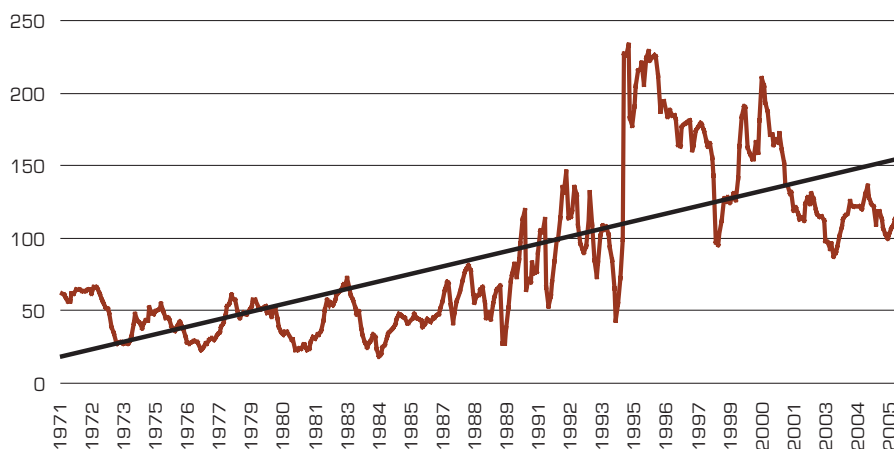
- Os resultados da pesquisa pública paulista, em especial após o lançamento do cultivar carioca em 1969, foram decisivos para incorporar o feijão no rol das culturas com dinamismo tecnológico. Isso propiciou a modernização produtiva com a incorporação de insumos [fertilizantes e agroquímicos] e máquinas, fundamentais para elevar a produtividade da lavoura.
- Os consumidores paulistanos, bem como de os outros centros urbanos brasileiros foram beneficiados com a significativa redução dos preços, ao compará-los aos praticados no início da década de 1970. A redução significativa das amplitudes sazonais de preços, a colheita em vários períodos do ano e em diversas regiões, geraram uma complementaridade de oferta que permitiu ao consumidor a plena satisfação de suas preferências, com produto novo e barato durante todo o tempo. ■

* Graduanda da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (Esalq/USP)

** Engenheiro Agrônomo, professor titular da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (Esalq/USP)

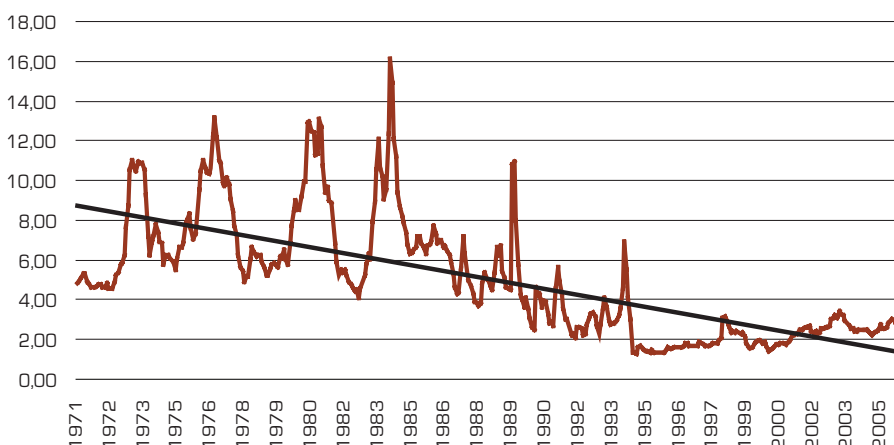
*** Engenheiro Agrônomo, pesquisador científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

São Paulo: quilos de feijão adquiridos no varejo com o salário mínimo de R\$ 350,00



Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA). Dados deflacionados pelo Índice de Custo de Vida (ICV) da Região Metropolitana de São Paulo do Dieese

São Paulo: evolução do preço do feijão (R\$/saca)



Fonte: dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA), deflacionados pelo Índice de Custo de Vida (ICV) da Região Metropolitana de São Paulo do Dieese

Citricultura

Agenda 2015

Marcos Fava Neves*
 Marcos Sawaya Jank**
 Frederico Fonseca Lopes***

A AGENDA para o crescimento sustentável da laranja no Brasil passa pela elaboração de um cenário geral, de uma matriz de crescimento e pela coordenação entre produtor e indústria. Os pontos que abrem oportunidades em termos da manutenção dos mercados tradicionais e da conquista de novos mercados de suco concentrado são:

- Eventos climáticos e pressão imobiliária que diminuem a produção da Flórida.
- Acordos bilaterais e ações diplomáticas para quebrar barreiras comerciais e abrir oportunidades para maior inserção do Brasil.
- Distribuição para o varejo, com novos canais, ações comerciais e mercadológicas de divulgação e inovação de produtos. O potencial na América Latina para o consumo de bebidas foi estimado em 216 bilhões de litros/ano [388 litros/habitante/ano]. Há grande espaço para o suco ganhar mercado em cima dos refrigerantes carbonatados.
- Tendências: qualitativas de se consumir a fruta *in natura*, com imagem de produto saudável; bebidas compostas com *mix* de sucos; bebidas funcionais a partir do suco de laranja com apelo medicinal e de bem-estar; consumo dos sucos prontos para beber.

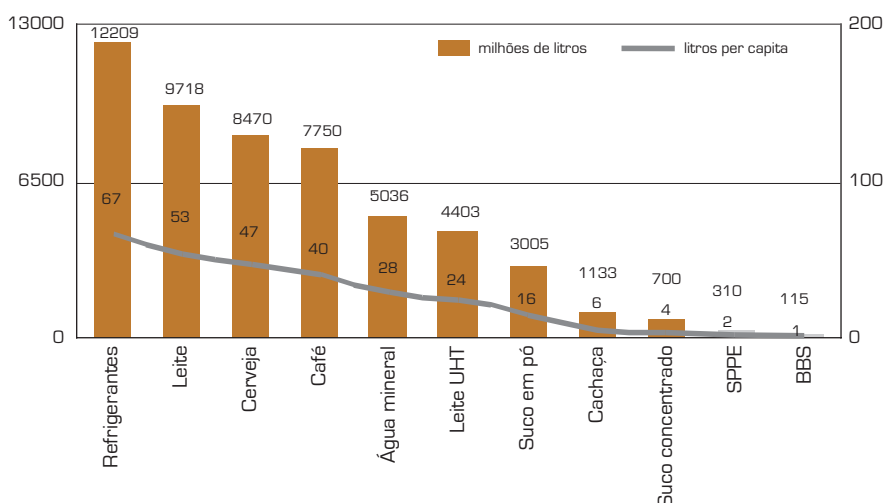
Coordenação

- Unificar organizações horizontais [produtores, indústrias e facilitadores – logística, concessionárias, embalagens e outros];
- Cada elo teria participação obrigatória na organização vertical;

Principais países: tarifas incidentes sobre o suco de laranja

País	Produto	Tarifa consolidada		Tarifa aplicada	
		Específica	Ad valorem [%]	Específica	Ad valorem [%]
União Européia	Suco de laranja congelado	-	15,2	-	15,2
	Suco de laranja	-	12,2	-	12,2
Estados Unidos	Suco de laranja congelado	7.85¢/litro	38.91	7.85¢/litro	38.91
	Suco de laranja	4.5¢/litro	10.21	4.5¢/litro	10.21
Japão	Suco de laranja congelado	-	25,5	-	25,5
	Suco de laranja	-	-	-	-
Coreia	Suco de laranja congelado	-	54	-	54
	Suco de laranja	-	-	-	-
China	Suco de laranja congelado	-	7.5	-	7.5
	Suco de laranja	-	30	-	30
Austrália	Suco de laranja congelado	-	24	-	5
	Suco de laranja	-	-	-	-
Canadá	Suco de laranja congelado	-	1,9	-	1,9
	Suco de laranja	-	-	-	-
Suíça	Suco de laranja congelado	14.00 fr/100 kg bruto	7.91	14.00 fr/100 kg bruto	7.91
	Suco de laranja	-	-	-	-

Fonte: Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE)

Brasil: consumo total e *per capita* de bebidas

Fonte: LPanel, Datamark, Nielsen, Tetra Pak, 2005

- Sugere-se a “Laranja Brasil” (www.laranjabrasil.com.br) como organização vertical;
- A organização seria gerida pelo setor privado, com disponibilidade de recursos e agilidade;
- Representantes de órgãos governamentais seriam convidados a participar do processo;
- Financiamento obrigatório pela cadeia, por meio de recursos próprios e contrapartida do governo. A cadeia do leite nos EUA arrecada quase US\$ 400 milhões por ano;
- O Fundecitrus e outros órgãos de pesquisa representariam a pesquisa e defesa sanitária da organização vertical;
- A organização oferece: 1. modelos alternativos para contratos e arbitragens entre produtores e indústrias, a exemplo do Consecana; 2. Um sistema de divulgação de dados sistematizados de mercado [preços internos de laranja de mesa e indústria, preços externos] e de produção, que poderia estar baseado em uma universidade ou em institutos de pesquisa econômica.



Albericus Foto Henrique Santos

EUA: segmentação, diferenciação e posicionamento

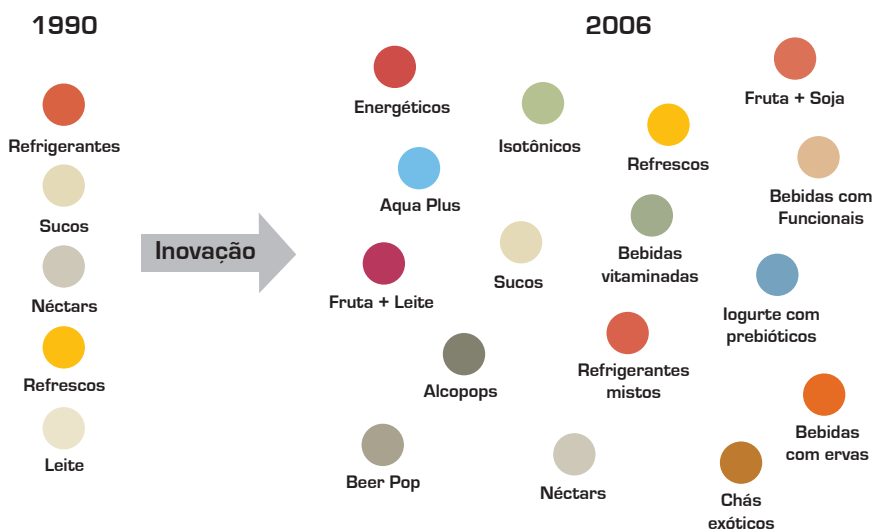
Produto	Target	Funcionais
Healthy Kids	Crianças	Vitaminas A,C,E e Cálcio
Low acid	Problemas estomacais	Baixa acidez, vitamina C
Healthy Heart	Adultos + de 40 anos	Potássio, vitaminas B6,B12,C&E, ácido fólico
Light 'n Healthy	Corpo	Low Carb, vitamina C, Cálcio
Immunity	Adultos + 30 anos	Vitaminas C,E e Selênio

Fonte: Axel Reinhardt – Döhler América Latina

Contratos

- Elaborar um modelo padrão para contratos entre a indústria e os produtores atrelados a indicadores transparentes como: custos, qualidade, subprodutos, preços internacionais, coeficientes agrícolas e industriais etc. O mecanismo de remuneração seria baseado em um piso de custos e alguma forma de proporcionalidade com o preço de venda do suco nos mercados internacionais;
- Criar um sistema de pagamento de prêmios [adicionais ou descontos de preços] no formato de um mecanismo de incentivo privado para a qualidade da produção. Critérios como pagamentos por sólidos solúveis, qualidade e defeito do fruto seriam desenvolvidos e aplicados de forma transparente;
- A associação vertical poderá assumir o papel de uma câmara de arbitragem.

Segmentação das categorias e bebidas não-alcoólicas



Fonte: Axel Reinhardt – Döhler América Latina

Produção

- Plantar e renovar pomares de alta tecnologia para reduzir custos;
- Linhas de financiamento para revitalização da citricultura;
- Sistema de controle com certificação, rastreabilidade e segurança do alimento;
- Diversificação regional: novas áreas e estados [*Pólo Petrolina Juazeiro*];
- Sustentabilidade ambiental e certificações [*orgânicos, selos de conformidade, entre outros*];

Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento

- Reestruturar as atividades de extensão, disseminar novas tecnologias, ao contrário das atividades de caráter mais imediatista, como as que visam o combate de doenças;
- Redes nacionais e internacionais, fundindo organizações para eliminar duplicidades;
- Investimentos em variedades de planta mais resistente a pragas e doenças, que permitam colheita o ano todo, utilizando a biotecnologia;
- Sucos para as classes C, D, E que atendam a requisitos de sabor, praticidade e preço para combater os refrigerantes;
- Processos de produção do suco que aproxime o sabor do suco industrializado ao sabor do suco caseiro (a exemplo do NFC);
- Novos produtos, adicionando ao suco de laranja substâncias como chás, vitaminas, fibras, minerais, fitosterol, ervas, adoçantes com baixa caloria, probióticos, elementos traços (cobre e zinco), e redução de calorias;
- Embalagens atraentes;
- Eletrodomésticos que facilitem o consumo da fruta *in natura*, tais como descascadores e espremedores mais modernos, a exemplo das cafeteiras elétricas;

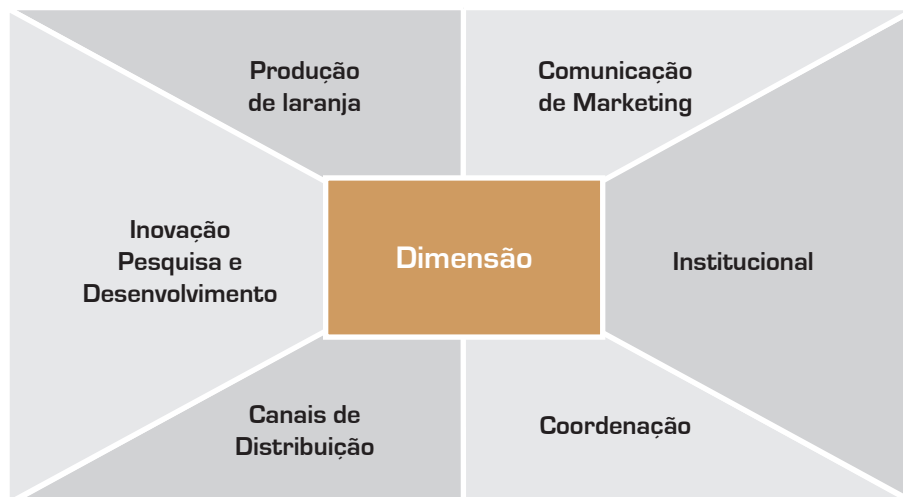
Marketing

- Plano de *marketing*, utilizando uma estratégia de incentivo ao consumo e criação de padrões de qualidade elevados, dando respaldo à laranja brasileira e seus derivados na adequação

Matriz de possibilidades de crescimento para a laranja (aplicação de matriz Ansoff para citrus)

Produtos atuais	
Mercados atuais	Novos mercados
<p>Aumentar market share: o mercado deixou de ser abastecido pela produção da Flórida.</p> <p>Investimentos para comercialização da fruta <i>in natura</i> no mercado interno e na comercialização dos sucos "Prontos para Beber"</p> <p>Intensificar o mercado de NFC tanto no Brasil como no exterior.</p> <p>Desenvolver negócios de distribuição com marca própria do distribuidor.</p>	<p>Parcerias internacionais com atacadistas e varejistas para distribuição de suco de fruta.</p> <p>Exportar varejistas internacionais no Brasil, seguindo exemplos como Grendene [calçados], Teka [toalhas de banho], Tramontina [utensílios de cozinha], Sadia [carne de frango], entre outros.</p> <p>Ampliar esforços para crescer na Ásia, Leste Europeu, Oriente Médio e América Latina.</p> <p>Incrementar exportações de fruta <i>in natura</i>.</p>
Novos produtos	
Mercados atuais	Novos mercados
<p>Desenvolver novos sucos (soft drink) com o mix de frutas existente no Brasil;</p> <p>Desenvolver misturas, refrescos e néctares a base de suco de laranja para segmentos das classes C e D.</p> <p>Mistura de sucos com outros produtos tais como bebidas a base de soja [share de 75% segundo a Nielsen] e iogurtes.</p>	<p>Novos sucos ligados a conceitos ecológicos e sociais; Composto orgânico, em vez de pellets, para alimentação.</p> <p>Plano de comunicação com os aspectos sociais na produção de citros.</p> <p>Produto com qualidade técnica, ambiental e social, no mercado de Fair Trade</p> <p>Produtos com indicação geográfica, seja Identificação de Procedência ou Denominação de Origem.</p>

Agenda 2015



Baseada na aplicação do Método Gecad

internacional [*seria o braço marketing da organização vertical*];

- Disseminar informações sobre a qualidade nutricional da laranja, associando a laranja/suco com saúde, função social e ambiental;
- Explorar e divulgar melhor as características de cada tipo de laranja e

suco; resgatar a laranja de mesa em função do apelo à saúde;

- Esclarecer as diferenças entre sucos, refrescos, néctares e bebidas mistas;
- Incentivar o consumo em escolas e nas crianças, criar mascote (personagem), apelo infanto-juvenil;
- Desenvolver campanhas específicas

para os médicos a fim de informar os benefícios dos produtos à saúde;

- Vincular a imagem da laranja à economia do estado, seja em portais nas principais estradas. Essas informações visam dizer ao mercado quanto a laranja contribui para impostos, desenvolvimento, levando as pessoas a ter uma imagem melhor do setor, podendo se traduzir em maior consumo de seus produtos.

Institucional e Ação Coletiva

- Regulamentação do uso de defensivos, redução da lista de princípios ativos, evitando que princípios ativos essenciais para a citricultura sejam proibidos [*seria o braço regulamentação da organização vertical*];
- Fortalecer as relações políticas entre o governo e os profissionais do setor. *Lobby* por simplificação e, se possível, redução de tributos;
- Criar uma associação de exportadores de frutas frescas contribuindo para o aumento das exportações brasileiras e superação de algumas barreiras;
- Estabelecer acordos bilaterais e regionais com outros países, proporcionando melhores condições comerciais e maior competitividade para a laranja brasileira;
- Fortalecer a área de estudos e inteligência visando combater barreiras e desenvolver uma estratégia permanente de política comercial e negociações internacionais.

Canais de Distribuição

- Novos canais: cantinas, creches, postos, quiosques temáticos, academias, degustação; padronizar a exposição da laranja de maneira valorizada;
- Mercado de empresas que atuam em refeições coletivas e *food service*;
- Distribuir por meio das marcas-próprias de grandes redes varejistas;
- Desenvolver novos mercados promissores tais como Leste Europeu e Ásia;
- Montar casas de sucos, laboratório de consumidores (Starbucks).

Retomada das negociações entre a indústria e os produtores

As negociações entre citricultores e indústria tiveram, em junho de 2006, um de seus momentos mais acalorados quando a Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, propôs aplicar uma multa de R\$ 100 milhões às indústrias para finalizar um processo de formação de cartel.

A pressão para a continuidade das investigações e sobre o SDE foi arrefecida com a concordância da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) e da Sociedade Rural Brasileira (SRB). A Associação Brasileira dos Citricultores (Associtrus) saiu das negociações, pois recusava o acordo. Em novembro, o Conselho Administrativo de Direito Econômico (Cade) considerou inconstitucional o acerto entre as indústrias e a SDE.

No apagar das luzes de 2006, em 20 de dezembro, depois de nove meses de aguerida negociação, os produtores e a indústria de suco Cutrale selaram um acordo. A SDE deu aval ao documento, que pôde ser assinado, pois que envolvia uma empresa e seus fornecedores. Dreyfus, Citrovita e Citrosuco negociam em separado. Para a próxima safra 2006/07, um novo contrato deverá ser concluído até 30 de março de 2007.

Os contratos de fornecimento de frutas, assinados até outubro de 2005, terão um piso de US\$ 4 por caixa, sendo retroativo para os contratos antigos, que tinham preço de US\$ 2,80 por caixa. A base ratifica o valor acertado em agosto passado. A Associtrus ficou fora das negociações.

O preço passa de fixo para variável, corrigido pela média da cotação na Bolsa de Nova York ao longo da safra. Desse valor será subtraído US\$ 1,38 por libra-peso. A diferença será dividida igualmente entre a indústria e os produtores, na proporção do rendimento de suco por caixa e do número de caixas entregues por produto.

Mesmo com a controvérsia existente, esse acerto é positivo, diante do cenário internacional favorável que o suco de laranja nacional aproveita após os problemas climáticos na Flórida. É preciso uma retomada da conversação para montagem de um planejamento estratégico com o objetivo de estabelecer objetivos, metas e ações em prol do crescimento harmonioso da cadeia produtiva.

Conclusões

Orgulho do agronegócio brasileiro pela tecnologia e liderança mundial absoluta, o potencial da citricultura brasileira é extraordinário, principalmente se levadas em conta as crescentes dificuldades na Flórida [*furacões, explosão imobiliária e doenças*].

O principal problema da citricultura é de natureza organizacional, que precisa inovar e ter coragem para mudar paradigmas. Os pontos que deveriam compor uma agenda 2015 estariam alinhados em uma idéia mais forte, de constituir uma organização vertical que centralizaria os esforços de coordenação da cadeia produtiva.

Essa organização teria gestão profissional, privada e mecanismos de governança modernos. Não faltam organizações similares no agronegócio de outros países para serem estudadas e seguir seus acertos e evitar seus erros.

Acredita-se que o momento é este, pois o cenário é bom, os ânimos começam a se acalmar, permitindo um esforço de maior coordenação dos segmentos organizados. Avante laranja! ■

* Professor da FEA/USP de Ribeirão Preto e coordenador do Pensa

** Professor da FEA/USP e presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais

*** Mestre em administração pela FEA/USP de Ribeirão Preto e pesquisador do Pensa



CADERNO ESPECIAL

SEGURO AGRÍCOLA

Ferramenta para gestão de riscos

Vital para o desenvolvimento equilibrado do agronegócio, o seguro agrícola reduz as perdas causadas por eventos incontrolláveis e é um indutor de tecnologia no campo

APRESENTAÇÃO

Alianças para a força do seguro agrícola no Brasil



Os múltiplos riscos naturais que ameaçam as atividades agrícolas exigem o emprego de instrumentos para minimizar os impactos de eventos adversos. O seguro rural é vital para o desenvolvimento mais equilibrado do agronegócio, cuja magnitude econômica e social é expressiva no país.

O ramo de seguros rurais contempla uma série de modalidades: agrícola, pecuário, aquícola, florestal, penhor rural, benfeitorias e produtos agropecuários, seguro de vida do produtor rural e seguro da Cédula de Produto Rural – CPR.

Nesta publicação especial, trataremos especificamente do seguro rural na modalidade agrícola, considerado a grande ferramenta para reduzir as perdas e os danos causados às lavouras por fenômenos meteorológicos incontrolláveis, além de importante indutor de novas tecnologias.

Quando se compara o Brasil a outros países agrícolas do mundo, fica claro e até surpreende o pequeno desenvolvimento do seguro agrícola por aqui. Embora haja um grande potencial a ser explorado, é necessário todo um esforço conjunto das áreas governamental, acadêmica e privada. Nesta direção, este cader-

no também pretende contribuir para o desenvolvimento de uma visão analítica do seguro agrícola no Brasil, mostrando de forma ampla a situação atual do setor no País e de suas perspectivas.

A Aliança do Brasil, criada em junho 1997, é uma das seguradoras mais atuantes do setor e líder em seguros rurais. Além disso, é a principal contribuinte do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) criado pelo Governo Federal para garantir o equilíbrio das operações agrícolas no País e atender à cobertura dos riscos de catástrofe, inerentes à atividade agrícola.

Para o presidente da Companhia, Jaime Kalsing, esse envolvimento é fundamental para a ampliação do negócio. “A Aliança do Brasil acredita no potencial do setor agrícola para a economia do País. Pensando nisso, desenvolvemos um produto de acordo com as necessidades do produtor e que seja viável do ponto de vista econômico para a seguradora”.

A força do seguro agrícola no Brasil depende da parceria entre governo, seguradoras, resseguradores, agentes financeiros e produtores, em busca do modelo ideal de proteção para as lavouras.

OPORTUNIDADES

Aumento da competitividade agrícola requer segurança

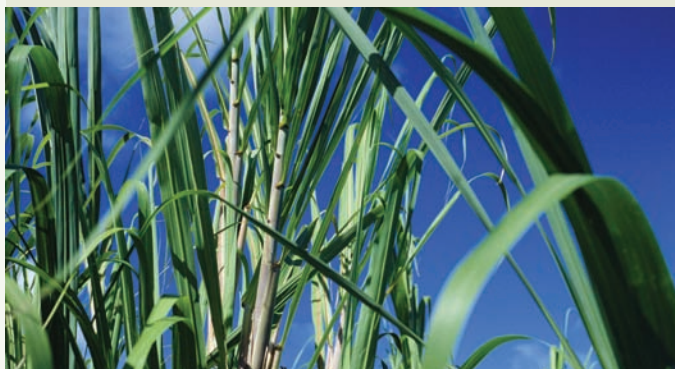
Qualquer agricultor que tenha tomado empréstimo e tenha sua plantação destruída pela tempestade ou seca, nada precisará pagar aos credores e seus débitos serão cancelados. Artigo 48 do Código de Hamurabi (Mesopotâmia, 1750 AC)

O seguro agrícola, apoiado por subsídio governamental, é imprescindível ao aumento da competitividade das lavouras, pois reduz o custo da atividade para os produtores e melhora a administração das propriedades. Seu princípio básico é o gerenciamento do risco, pela adoção eficiente do calendário agrícola, rotação de culturas, diversificação produtiva e outros meios para aumentar a eficiência produtiva e efeito positivo na renda dos produtores rurais.

Um seguro agrícola eficiente pode ser a solução para a frustração de safra de muitos mutuários, reduzindo-se a necessidade de renegociação de suas dívidas. De um lado, ganharia o produtor, por transferir o risco às seguradoras; de outro, o governo, por reduzir o volume de recursos necessários à renegociação das dívidas.

As vantagens do seguro

- Estimula investimentos
- Viabiliza tecnologia moderna
- Facilita financiamento
- Facilita difusão de mecanismos de hedge
- Protege a renda do produtor
- Evita a descapitalização do segurado



Obstáculos

Embora haja um consenso entre produtores, seguradoras, governo e parlamentares sobre a necessidade de se implantar um sistema de seguro subsidiado no País, existem restrições que dificultam sua rápida implantação, tais como:

Aporte de recursos

É preciso uma definição clara da participação do governo na alocação de recursos para garantir liquidez às seguradoras nos casos dos riscos catastróficos. Com o incentivo ao seguro agrícola, o volume segurado aumentará e exigirá a elevação de recursos no Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) para dar tranquilidade ao mercado segurador e motivar a entrada das seguradoras privadas no segmento.

Subsídio do prêmio do seguro agrícola

A principal maneira utilizada pelos países para incentivar a adesão dos produtores ao seguro agrícola é por meio da redução do prêmio do seguro ao produtor mediante subvenção.

O seguro é um instrumento complementar de política agrícola, no qual o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) atua como o principal agente, para, juntamente com os produtores, as seguradoras privadas e os resseguradores, adequar o produto às necessidades do campo e da política governamental.

Estrutura operacional

Para coordenar as ações de implantação das modalidades de seguro a serem subsidiadas, é fundamental realizar um planejamento juntamente com os produtores e as seguradoras privadas, estabelecendo os montantes de subvenção, coberturas, produtos e regiões amparadas, além de outras informações necessárias à operacionalização do sistema.

Ao final de cada ciclo agrícola, as seguradoras privadas e o ressegurador fazem uma análise dos resultados obtidos e propõem, se for o caso, a inclusão de novas culturas a serem seguradas, bem como a extensão de áreas seguradas.

O montante da subvenção será definido pelo MAPA tão logo as seguradoras possam apresentar as aprovações na Susep e no IRB.

Modalidades subsidiadas

No Brasil, deve haver consenso entre governo, seguradoras, resseguradores, agentes financeiros e produtores a respeito das modalidades de seguro a serem amparadas pela política governamental. Uma vez definidas as modalidades, com os prêmios e subvenções, a apólice será comercializada pelas seguradoras privadas.

CUSTO X RISCO

Como viabilizar o mercado

Em todo o mundo, o seguro rural é um dos instrumentos mais importantes de política agrícola. Uma das modalidades do seguro rural é o seguro agrícola, que permite ao produtor proteger-se de perdas decorrentes de fenômenos climáticos adversos. Além disso, a estabilidade de renda dos produtores é indispensável à geração de empregos no campo e ao desenvolvimento tecnológico rural.

A eficácia da política agrícola adotada pelas seguradoras privadas depende do equilíbrio entre custo e risco. Uma relação desbalanceada poderá aumentar o risco geral do setor e diminuir a eficiência da atividade produtiva. A seguir você confere as principais dificuldades do mercado e algumas soluções para viabilizá-lo.

Soares de Almeida, a subvenção será um incentivo importante. “Em 2005, o seguro agrícola obteve R\$ 24 milhões em prêmios e a expectativa para esse ano é alcançar R\$ 130 milhões”, afirmou. “Precisamos de saltos como esse para consolidar a atividade”.

Para o diretor, um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento do seguro agrícola no País é cultural. “Ao comprar um carro, por exemplo, o dono automaticamente pensa na contratação do seguro. Não há esse hábito entre os produtores rurais”, disse.

Além do subsídio, o Governo Federal fechou uma parceria com a Federação Nacional das Seguradoras (Fenaseg) e Governo Federal investiram na capacitação de técnicos que já atuam no mercado de regulação de sinistros. Profissionais mexicanos

Ameaças ao Seguro Agrícola

- Atualmente não é um produto massificado;
- Dificilmente penetra em regiões de baixo coeficiente de variação, que indica menor risco;
- Possui seleção adversa, o que significa ser procurado por produtores com risco certo;
- Concentra-se em áreas de coeficiente de variação alto, que indica alto risco;
- Possui taxas médias elevadas;
- Sua capacidade de resseguro é insuficiente;
- Atualmente o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural não tem recursos para atender os produtores em caso de catástrofe;
- Os dados estatísticos e históricos não são confiáveis;
- Trata-se de um produto muito complexo;
- Sua operacionalização envolve altos custos difíceis de controlar;
- Falta mão-de-obra qualificada para a regulação de sinistros;
- Suas vendas são pouco capilarizadas;
- Há a falsa idéia de que o produto é caro.

Medidas para Viabilizar o Mercado

- É necessário massificar sua comercialização;
- Colocar fim à seleção adversa, para equilibrar o risco;
- Proliferar novas estações meteorológicas;
- Ampliar o quadro de profissionais qualificados;
- Atuar na divulgação do produto;
- Apoio do Governo Federal em ações estratégicas, como o subsídio aos prêmios (nos níveis municipal, estadual e federal);
- Aumentar a capacidade de resseguro;
- Criar o Fundo de Catástrofe;
- Criar um banco de dados único;
- Conceder rebate nos juros controlados para os produtores que contratarem o seguro agrícola, reduzindo a alíquota de 8,5% para 7%.

Algumas das medidas sugeridas já vêm sendo tomadas pelo Governo Federal. Recentemente, foram aprovados R\$ 61 milhões em subsídios para o seguro agrícola e a perspectiva é triplicar as vendas neste ano. Para o diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural do Ministério da Agricultura, Wellington

ministraram cursos nas principais escolas de agricultura do País. Além de profissionais da área, professores universitários também participaram do processo. O objetivo é que disciplinas técnicas e relacionadas ao seguro rural sejam inseridas nos currículos dos cursos do setor.

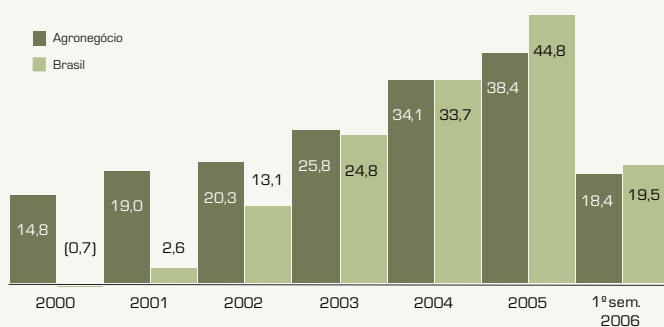
FOMENTO

O papel do Banco do Brasil no desenvolvimento do agronegócio

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, fundamental para o crescimento do País. O Banco do Brasil representa um elo entre o governo e o produtor rural, atuando como o maior financiador do agronegócio brasileiro em todos os segmentos e etapas da cadeia produtiva, do pequeno produtor às grandes empresas agro-industriais.

O saldo da balança comercial brasileira tem sido elevado pela contribuição positiva do agronegócio. O setor gerou US\$ 18,4 bilhões de superávit no primeiro semestre de 2006, crescimento de 4% em relação ao mesmo período de 2005.

Balança Comercial (em US\$ bilhões)



Fonte: MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A tabela a seguir mostra as exportações abertas pelos principais produtos:

A performance positiva do setor nos últimos anos se deve à busca de novas tecnologias e à valorização dos serviços prestados pelos profissionais da área, sempre visando à rentabilidade e à continuidade dos empreendimentos.

Desde 2005, fatores adversos implicaram forte redução na renda dos produtores rurais. Dentre eles estão problemas climáticos em algumas regiões, a baixa cotação no preço das *commodities*, além da valorização do real frente ao dólar.

A estimativa para a safra agrícola 2005/2006, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), é de que a produção alcance 123,8 milhões de toneladas, 9,2% superior ao registrado na safra anterior.

Com relação à distribuição das operações de agronegócios por região do país em junho de 2006, verifica-se que 90,4% estão concentradas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O crédito rural financia a produção e a comercialização de produtos agropecuários e estimula os investimentos rurais, incluindo armazenamento, beneficiamento e industrialização. Além disso, incentiva a introdução de métodos racionais no sistema de produção.

A Carteira de Crédito de Agronegócios do BB cresceu 23,4% de junho de 2005 a junho de 2006, e 7,2% em relação a março de 2006, encerrando o primeiro semestre de 2006 com o saldo de R\$ 39,7 bilhões. A carteira de crédito do agronegócio do Banco é a primeira

Tabela 1 Exportações (em US\$ milhões)

	2002	2003	2004	2005	1º sem. 2006
Complexo de soja	6.009	8.125	10.048	9.477	4.238
Carnes	2.751	3.641	6.144	8.066	3.765
Açúcar e álcool	2.263	2.298	3.138	4.684	2.524
Madeira e suas obras	2.214	2.620	3.781	3.792	1.825
Papel e celulose	2.056	2.831	2.909	3.405	1.950
Couros, peles e calçados	2.341	2.465	2.897	3.069	1.659
Café, chá-mate e especiarias	1.331	1.424	1.892	2.669	1.302
Fumo e tabaco	1.008	1.090	1.426	1.707	739
Sucos de frutas	1.134	1.292	1.194	1.245	715
Demais produtos	3.732	4.852	5.587	5.487	2.641
Total	24.839	30.639	39.016	43.601	21.358

Fonte: MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



no ranking das instituições financeiras integrantes do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) com participação de 56,5%.

As operações de custeio e comercialização, destinadas ao financiamento de bens e serviços necessários à produção agrícola e pecuária, respondem por 53,6% da Carteira de Agronegócios. As operações de investimento, destinadas à modernização da atividade produtiva, representaram 42,5% dessa carteira e têm um prazo médio de quatro anos.

Os recursos disponibilizados pelo Banco são obtidos por meio dos depósitos de poupança, depósitos à vista, Programa de Geração de Emprego e Renda da Área Rural (Proger Rural), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros.

O Proger oferece crédito fixo para custeio agrícola e pecuário, além de suporte financeiro para investimentos fixos e semi-fixos; e o Pronaf visa ao financiamento do custeio da atividade agrícola. Os dois programas totalizaram R\$ 9,75 bilhões ao final de junho de 2006, crescimento de 25,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O FCO Rural oferece suplemento financeiro para custeio e investimento para o produtor rural da Região Centro-Oeste. As operações desse produto cresceram 9,9% nos últimos 12 meses e 3,1% em relação a março de 2006, totalizando R\$ 3,47 bilhões em junho de 2006.

Tabela 2 Carteira de crédito de agronegócios por região



Tabela 3 Carteira de Crédito de Agronegócios por Item Financiado (em R\$ milhões)

Itens Financiados	Jun/05	Part. (em %)	Mar/06	Part. (em %)	Jun/06	Part. (em %)	Variação percentual	
							Sobre Jun/05	Sobre Mar/06
Soja	4.365	13,6	4.565	12,3	4.512	11,3	3,4	(1,2)
Bovinocultura	3.456	10,7	4.136	11,2	4.492	11,3	30,0	8,6
Milho	2.976	9,3	2.820	7,6	2.977	7,5	0,0	5,6
Máquinas e Equipamentos	3.033	9,4	1.178	3,2	1.274	3,2	(58,0)	8,2
Arroz	1.211	3,8	947	2,6	1.080	2,7	(10,8)	14,0
Algodão	1.015	3,2	787	2,1	789	2,0	(22,2)	0,3
Fertilizantes e Defensivos	775	2,4	688	1,9	652	1,6	(15,8)	(5,2)
Café	680	2,1	701	1,9	789	2,0	16,1	12,6
Trigo	646	2,0	367	1,0	534	1,3	(17,4)	45,2
Cana	324	1,0	484	1,3	853	2,1	163,3	76,2
Mandioca	391	1,2	392	1,1	401	1,0	2,5	2,3
Avicultura	486	1,5	430	1,2	447	1,1	(8,1)	3,9
Suínocultura	284	0,9	359	1,0	451	1,1	59,0	25,6
Fumo	270	0,8	265	0,7	164	0,4	(39,3)	(38,2)
Outros	12.259	38	18.934	51,1	20.498	51,4	65,5	7,2
Total	32.171	100,0	37.052	100,0	39.914	100,0	23,4	7,2

Tabela 4 Recursos Liberados na Safra 05/06 por Segmento

	Quantidade de Contratos	Quantidade de Contratos (em %)	Valor Contratado (em R\$ milhões)	Valor Contratado (em %)
Mini	494.479	37,7	1.785	7,9
Pequeno	560.872	42,7	3.868	17,1
Médio e Grande	255.958	19,5	15.557	68,9
Cooperativas	926	0,1	1.370	6,1
Total	1.312.235	100,0	22.580	100

A modalidade de financiamento BNDES/Finame Rural tem como objetivo arcar com os investimentos em modernização de máquinas e equipamentos destinados à produção rural. Suas operações totalizaram R\$ 4,09 bilhões ao final de junho de 2006, um crescimento de 10,7% em relação a junho de 2005 e de 1,7% em relação a março de 2006.

A tabela 3 detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por item financiado.

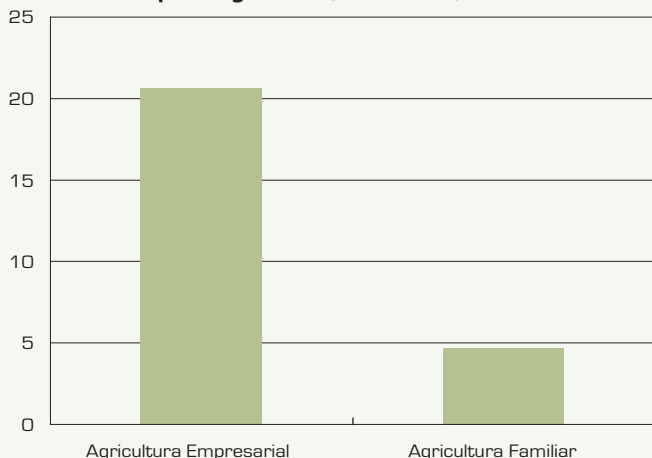
A tabela 4 revela a ampla atuação do Banco do Brasil, mostrando que enquanto o financiamento aos mini e pequenos pro-

dutores responde por 80,4% do total de contratos, as operações com os demais agentes apresentam 75% de participação no valor financiado.

Principais Produtos e Serviços

Integração Rural

Desde 2005, está disponível o novo modelo para condução de operações de crédito para investimento, amparadas em Convênios de Integração – BB Convir, que totalizaram cerca de R\$ 1,4

Desembolso por Segmento (R\$ bilhões)

bilhão ao final de 2005. A nova sistemática objetiva a otimização dos processos de negociação e operacional, a maior rapidez no atendimento aos integrados, tornando o Banco mais competitivo frente à concorrência.

CPR

Os negócios do BB com Cédulas de Produto Rural (CPR) alcançaram R\$ 4,5 bilhões em volume contratado em 2005, tendo sido realizadas mais de 60 mil operações com produtores e cooperativas.

Investimentos

O apoio do Banco do Brasil aos investimentos na agropecuária alcançou volume de R\$ 4,1 bilhões em 2005. Somente nas operações com recursos repassados pelo BNDES/Finame foram

desembolsados R\$ 1,1 bilhão. Esse repasse garantiu a manutenção do BB como líder entre os agentes credenciados Moderfrota, Moderinfra, Moderagro, Prodeagro, Prodefruta, Propflora e linha de financiamento especial da Finame.

As linhas do FCO tiveram incremento de recursos da ordem de 30%, alcançando no ano a cifra de R\$ 1 bilhão.

Operações Estruturadas – Projeto Agribusiness

O Projeto *Agribusiness* conta com estruturas de negociação que envolvem produtos e serviços como CPR, Pré-Pagamento, Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento de Cambiais Entregues (ACE), Mercados Futuros e de Opções. Em 2005, o projeto foi aprimorado a fim de envolver toda a cadeia do agronegócio, rentabilizar as operações e reduzir o risco e o impacto no limite de crédito dos intervenientes. A utilização dessas estruturas possibilitou ao Banco intensificar a sua participação no setor, com um incremento de R\$ 1 bilhão em convênios firmados e negócios efetivamente realizados.

Pronaf

Por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), foram disponibilizados R\$ 4,6 bilhões, representando crescimento de 25,3% em relação ao ano anterior. Mais de um milhão de mini e pequenos produtores beneficiaram-se com esses créditos.

Os financiamentos destinados a investimentos alcançaram R\$ 1,5 bilhão em novos recursos para as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, representando crescimento de 25 % em relação ao ano de 2004.

Mercados Futuros e de Opções

O Banco do Brasil vem trabalhando fortemente na comercialização de derivativos agropecuários como instrumentos de proteção de preços (*hedge*) para os agentes do agronegócio e de mitigação de risco das carteiras rural e agroindustrial do Banco. As operações de contratos futuros e de opções que propiciaram a proteção de preço de *commodities* agropecuárias, cursadas por intermédio do BB, atingiram 12.145 contratos em 2005, registrando crescimento de 21% em relação a 2004.

BB Revenda Conveniada

Na aquisição de máquinas e implementos agrícolas, o Banco do Brasil lançou modalidade de convênio que estabelece parceria com as empresas que fabricam e/ou comercializam máquinas, equipamentos, implementos e insumos agropecuários. Trata-se do BB Revenda Conveniada, que tem como finalidade criar mecanismos facilitadores para o atendimento aos clientes, semelhante ao que ocorre nos financiamentos realizados pelos bancos de montadoras. Um dos diferenciais desse convênio é o acompanhamento *on-line* das operações nos seus vários estágios de análise, tanto pela empresa quanto pelo cliente, por meio do site www.agronegocios-e.com



BB GPA - PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS AGROPECUÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

O agronegócio brasileiro ganhou destaque entre os países produtores, pelos seus sucessivos recordes de produtividade e de produção obtidos nos últimos anos e pelo potencial de ampliação de suas fronteiras agrícolas, que projetam o país como exportador mundial de commodities.

É fator determinante dessa posição, o desempenho do produtor que conhece como ninguém as necessidades e técnicas do processo produtivo.

Contudo, empregar tecnologia de ponta e produzir bem não é o suficiente para assegurar uma boa rentabilidade na safra. Paralelamente ao processo produtivo e de comercialização, ocorrem fatores de mercado que podem comprometer a eficiência obtida no campo, especialmente em relação às oscilações dos preços dos produtos ao longo dos ciclos produtivos.

Historicamente, o produtor atribui o sucesso do ano safra à obtenção de uma boa produção. É fato que um armazém cheio ao final da colheita proporciona maior possibilidade de lucro. Entretanto, os movimentos de oferta e demanda em âmbito mundial e as variações cambiais possíveis tornam incerto o resultado financeiro da safra.

Nesse contexto, surge a necessidade de adoção de mecanismos de proteção que permitam mitigar os riscos de produção, de oscilações de preços e de moedas. Os instrumentos que propiciam a diminuição desses riscos são representados pelo seguro agrícola, pelos derivativos agropecuários e pelos derivativos financeiros, respectivamente.

O mercado segurador, embora ainda parcial na proteção da produção, evoluiu bastante nos últimos anos. Já os derivativos disponíveis nas bolsas de mercadorias e futuros abrangem as principais commodities, por intermédio de contratos futuros, contratos de opções, contratos a termo e swaps, entre outros.

Nos Mercados Futuros e de Opções os agentes das cadeias produtivas encontram os instrumentos adequados para a gestão profissional da comercialização dos seus produtos.

Com o emprego desses instrumentos, o produtor pode fixar o preço de venda de sua safra muito antes da colheita e a agroindústria ou processador pode também assegurar o preço de compra de suas matérias-primas antes de sua efetiva aquisição, minimizando inclusive os riscos das variações cambiais.

A certeza de obter lucro antes do plantio, em uma negociação transparente propiciada pela formação do preço no pregão da bolsa, permite ao produtor rural planejar melhor o seu fluxo de caixa para desenvolvimento da atividade agropecuária.

O Banco do Brasil, atento a essas necessidades, como responsável pela maior carteira de agronegócio do país, vem investindo fortemente na disseminação junto ao meio rural do conceito de proteção e de transferência dos riscos da atividade para os mercados, por intermédio desses instrumentos.

Para isso, o Banco desenvolveu e institucionalizou o BB GPA - Programa de Garantia de Preços Agropecuários do Banco do

Brasil, que consiste na sistematização dos instrumentos mitigadores de riscos existentes no mercado e na disponibilização de linhas de crédito específicas para financiar os custos decorrentes das operações de proteção, como forma de viabilizar a seus clientes acesso aos mercados derivativos.

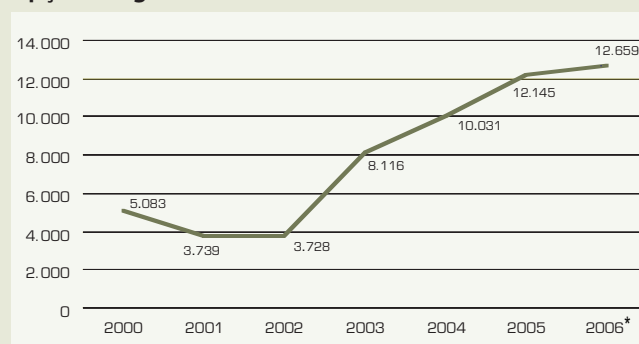
Ao mesmo tempo, o BB GPA contém estruturas operacionais que proporcionam a conjugação desses instrumentos com as operações de crédito demandadas pelos agentes, tais como: Crédito Rural de custeio, investimento, estocagem e comercialização, Capital de Giro, CPR e, também, Contratos de Venda Antecipada, entre outras operações de composição de capital.

Nessas estruturas, o Programa contempla um bloco de modelos de parcerias com cooperativas e agroindústrias, formalizadas por meio de convênios estratégico-negociais, com o objetivo de compartilhar ações que promovam a expansão do uso dos derivativos agropecuários e a integração dos agentes das cadeias de valores do agronegócio, para geração de operações comerciais e financeiras com riscos mitigados.

O BB GPA dispõe também de um módulo de treinamento e capacitação, com o qual o Banco promove a disseminação dos conceitos e práticas dos mercados derivativos para seus funcionários e clientes, em oficinas realizadas regionalmente. Para os parceiros conveniados, o módulo tem uma formatação diferenciada que abrange a formação de multiplicadores e o intercâmbio operacional.

A disseminação interna e externa desses mecanismos pelo BB, tem propiciado uma evolução gradativa e consistente do uso dos mitigadores de risco pelos clientes do agronegócio:

Evolução dos Contratos Futuros e Opções Negociados no BB



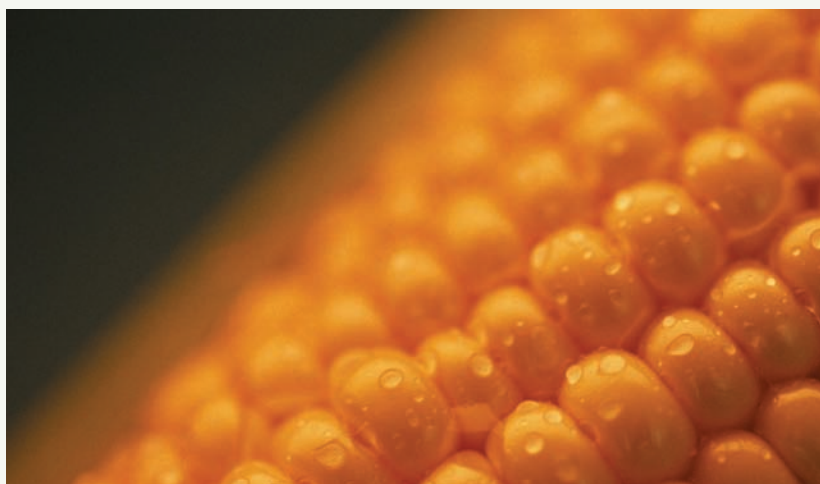
Com esse conjunto de ações, o Banco do Brasil amplia o apoio ao agronegócio brasileiro, na medida em que os conceitos do Programa BB GPA sejam colocados em prática e incorporados ao processo de financiamento da produção, em consonância com a política do Governo Federal de priorização e estímulo ao crescimento do setor, com qualidade e estabilidade.

SUPORTE

Perspectivas para o resseguro no âmbito do seguro agrícola

* Helio Abrantes

Devido às suas características, o seguro agrícola está sujeito a eventos de natureza catastrófica, que podem trazer grandes perdas financeiras às seguradoras. Diante dessa realidade, o apoio do resseguro torna-se indispensável, tanto em termos de capacidade financeira quanto nas atividades de suporte técnico, destacados o auxílio no desenvolvimento de condições de cobertura, as culturas viáveis para fins de seguro e a elaboração de estudos atuariais para fixação do preço a ser pago pelo produtor rural, levando-se em conta a sua opção de nível de produtividade a ser garantido. O resseguro nesse segmento responde, em média, por 90% das responsabilidades assumidas pelas seguradoras.



LINHA DO TEMPO

Evolução do seguro agrícola no Brasil

1954

- Lei nº 2168, de 11 de janeiro, cria o Seguro Agrário e é estabelecida a regulamentação que o regerá

1965

- Lei nº 4829
- O Seguro Agrícola é regulamentado
- Institucionalização do Crédito Rural

1966

- É criado o Fundo de Estabilidade de Seguro Rural (FESR), pelo Decreto Lei 73

1969

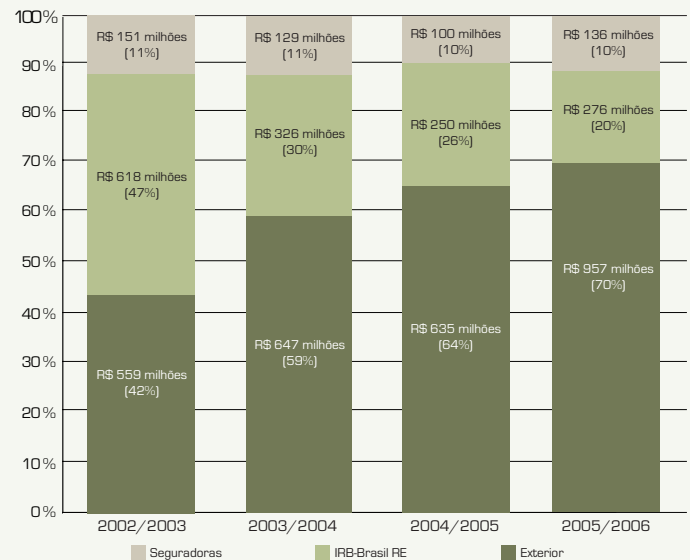
- Entra em operação a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp)

No Brasil, o modelo de monopólio vigente não traz obstáculos à atuação dos resseguradores estrangeiros, na medida em que o resseguro é disponibilizado pelo IRB-Brasil Re, oferecendo capacidade ao mercado segurador nacional e negociando a transferência de parte das responsabilidades assumidas ao mercado internacional de resseguro. Em muitas situações, o IRB-Brasil Re atua também como seguidor nos produtos desenvolvidos em parcerias diretas entre os resseguradores estrangeiros e as seguradoras, servindo como agente indutor do desenvolvimento do seguro agrícola em nosso país.

De fato, os resseguradores internacionais estão ampliando gradativamente sua atuação no seguro agrícola comercializado no Brasil, como observado nas capacidades concedidas nos últimos ciclos:

Para este ciclo 2006/2007, a capacidade concedida pelo resseguro será duplicada em relação ao último ciclo (2005/2006), atingindo cerca de R\$ 3 bilhões, como reflexo direto do programa de subvenção ao prêmio de seguro rural, implementado pelo Governo Federal como forma de estimular a adesão dos produtores rurais a essa modalidade. Isso incrementará significativamente a arrecadação da carteira, contribuindo para sua massificação e pulverização geográfica. Tal prática, além de reduzir os gastos dos produtores com a compra de cobertura de seguro, constituirá fator de estímulo às seguradoras privadas para participar do processo, na medida em que poderão adotar

Capacidades concedidas ao seguro agrícola (Participações)



taxas efetivas de risco, segundo as características de cada cultura objeto de seguro e de sua região de implantação.

* Gerente de Seguros de Governo do IRB-Brasil Re

1994

- Lei nº 8.929, que institui a Cédula do Produto Rural (CPR)

2002

- É aprovada a subvenção econômica estadual ao prêmio de seguro do Estado de São Paulo

2003

- Entra em vigor a Lei 10.823, que determina a Subvenção Econômica Federal ao Prêmio de Seguro Rural

2006

- Aprovação das novas culturas e modalidades de seguros a serem contempladas com o benefício da subvenção

PERSPECTIVAS

Seguro Agrícola no Brasil: certeza de dias melhores

Por Wady J. M. Cury*

O seguro agrícola é um importante instrumento de estabilidade do setor e de suma relevância para o desenvolvimento de países em que a agricultura tem papel de destaque na economia. É o caso do Brasil que, em razão da expressão econômica do setor, de sua extensão territorial e das condições climáticas diversificadas, continua a merecer atenção especial do governo para o aprimoramento deste instrumento, que é um dos meios mais eficientes de estabilização da economia rural.

O agronegócio representou, em 2005, 28,8% do PIB (US\$ 221,9 bilhões) e 36,9% das exportações (US\$ 43,6 bilhões). Além disso, gerou um *superávit* na balança comercial de US\$ 38,4 bilhões. No entanto, os prêmios do seguro agrícola não foram superiores a US\$ 13 milhões, representando apenas 0,002% do PIB, e 0,08% dos US\$ 15,3 dos prêmios arrecadados pela indústria de seguros, o que demonstra um enorme potencial de crescimento para esse ramo.

O governo vem tomando uma série de providências visando o desenvolvimento sustentado do seguro agrícola em bases racionais e compatíveis com a realidade brasileira. Para atingir esse objetivo, não se pode esquecer de experiências passadas.

O primeiro marco para a introdução e o desenvolvimento do seguro agrícola no País deu-se em 1954, com a criação do Fundo de Estabilidade do Seguro Agrícola (Fesa), destinado a atender a cobertura complementar de riscos catastróficos. Com ele, as seguradoras podem recuperar anualmente os prejuízos suportados com essa modalidade de seguro. Naquele ano, foi criada a Companhia Nacional de Seguro Agrícola (CNSA), sociedade de economia mista responsável pelo desenvolvimento e promoção do seguro agrícola em todo território brasileiro.

Em 1964, o governo constatou as dificuldades na operacionalização do seguro agrícola, tendo em vista os riscos peculiares à atividade. O seguro agrícola é caro para o produtor rural, além de requerer grande especialização e qualificação por parte das seguradoras. Ou seja, para o bom desenvolvimento do seguro agrícola, é fundamental a **massificação** e a **pulverização**, necessárias a qualquer modalidade de seguro, principalmente em um ramo que depende de condições climáticas favoráveis para cada tipo de cultura.

Com a promulgação da “Lei dos Seguros”, em 1966, a CNSA foi extinta, passando o seguro agrário a fazer parte do Sistema Nacional de Seguros Privados e comercializado pelas seguradoras privadas.

De 1970 a 2000, pouco se fez para o desenvolvimento do seguro agrícola no Brasil. O governo atuou de maneira tímida e

poucas seguradoras operavam nesse ramo. A maior parte das empresas eram estatais, limitadas a poucas culturas e à Região Sudeste do País.

O governo, por meio do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados (Susep), introduziu, em 2000, o aumento das fontes de receitas do Fundo de Estabilidade e as condições para participação das seguradoras no Fundo.

Em 2003, foi aprovada a subvenção ao prêmio do seguro agrícola, iniciativa que há muito tempo se fazia necessária, pois o alto custo do seguro era um dos maiores desestímulos para o produtor rural.

Desde então, o governo busca entrosar os órgãos governamentais e a iniciativa privada, destacando-se a atuação da Federação Nacional das Seguradoras (Fenaseg), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Confederação Nacional dos Agricultores (CNA) na execução de soluções visando o desenvolvimento do seguro agrícola no Brasil.

Paralelamente a essa iniciativa, as entidades mencionadas têm se aprofundado no estudo de outros modelos de seguro agrícola, tais como o espanhol e o americano. Apesar de diferentes, ambos obtiveram êxito e hoje são referências para o mercado mundial. Eles mostram que o seguro agrícola é de interesse não só dos produtores, mas também do governo, e que o seu desenvolvimento em bases sustentáveis só é possível com a parceria entre as esferas pública e privada e com a adoção de programas de longo prazo.

Vale ressaltar que os programas citados contam com uma política de governo desenvolvida com a iniciativa privada (agricultores e seguradores), baseada em: capacidade de subscrição dos riscos; padronização das condições e das políticas de subscrição, por meio da pulverização e diversificação dos riscos e uniformização das operações das companhias; fixação e subvenção das taxas de risco; e criação de banco de dados único.

O desafio das entidades envolvidas é criar um sistema que seja eficiente e eficaz em termos de gestão, no atendimento das políticas de governo, e que também seja exequível para a iniciativa privada envolvida no segmento agrícola no Brasil. Para que haja sucesso nessa atividade é preciso a sinergia entre governo e a iniciativa privada. E o mercado percebe que as partes não estão medindo esforços para atingir esse objetivo.

*Wady J.M. Cury – Engenheiro Civil – Diretor Técnico da Aliança do Brasil e Presidente da Comissão de Seguro Rural da Fenaseg

GESTÃO

Regulamentação do Seguro

César da Rocha Neves*

O principal objetivo da política de seguros privados é promover a expansão do mercado de seguros e propiciar condições operacionais para sua integração no processo econômico e social do País.

O marco legal do seguro rural brasileiro é o Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966, regulador de todas as operações de seguros e resseguros no Brasil, que instituiu o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) e a isenção tributária irrestrita de quaisquer impostos ou tributos federais nas operações de seguro rural.

O FESR tem o objetivo de manter o equilíbrio operacional do seguro rural e garantir os riscos catastróficos; a isenção tributária concedida cumpre com a finalidade de desonerar o prêmio do seguro para o produtor.

O CNSP, por meio da Resolução CNSP 46, de 2001, define todas as regras operacionais do FESR, tais como habilitação, contribuição, recuperação, controle e fiscalização, e determina as modalidades pertencentes ao seguro rural.

A definição das modalidades que integram o seguro rural é muito importante porque essas são isentas de impostos federais, entre eles o IOF que, para os demais seguros de danos, é calculado aplicando-se a alíquota de 7% sobre o prêmio comercial.



Sumário das operações de seguro na safra 2004/2005

Modalidades	Prêmio (em R\$ mil)	Participação (em %)	Quantidade de seguradoras	Sinistros (em R\$ mil)	Índice de Sinistralidade (sinistros/prêmio)
Agrícola com FESR	13.922	4,8	1	44.401	3,2
Agrícola sem FESR	23.098	8,0	5	34.063	1,5
Pecuário	655	0,2	2	160	0,2
Florestas	3.611	1,2	8	612	0,2
Penhor rural	214.125	73,8	12	31.319	0,1
Benfeitorias e produtos agropecuários	27.909	9,6	10	12.337	0,4
CPR	6.941	2,4	2	50.329	7,3
Vida do produtor	0	-	-	0	
Aquícola	0	-	-	0	
Total	290.261	100,0	40	173.221	0,6

Fonte: Susep

Fixação da política Conselho Nacional de Seguros Privados

A fixação da política referente ao seguro agrícola cabe ao Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), composto por representantes dos ministérios da Fazenda, da Justiça, da Previdência e da Assistência Social, além do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A presidência é exercida pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Execução da política Superintendência de Seguros Privados

A Susep, entidade autárquica, jurisdicionada ao Ministério da Fazenda, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, também é responsável pela execução da política

O ramo de seguros rurais divide-se nas seguintes modalidades: agrícola, pecuária, aquícola, florestal, penhor rural, benfeitorias e produtos agropecuários, seguro de vida do produtor rural e seguro Cédula de Produto Rural (CPR).

O seguro agrícola, o mais importante das modalidades de seguro rural, é ainda incipiente no Brasil, com um total de prêmios

arrecadados correspondente a apenas 0,1% do volume de prêmios do mercado de seguro no Brasil. Além disso, somente cinco seguradoras operam na modalidade agrícola, sendo duas seguradoras responsáveis por 86% dos prêmios dessa modalidade.

Para que o seguro agrícola seja a principal ferramenta de gerenciamento de risco por parte do produtor rural, em trabalho coordenado pelo MAPA no Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR), envolvendo também o Ministério da Fazenda, Banco Central, e IRB-Brasil Re, a Susep propôs a regulamentação da subvenção ao prêmio do seguro rural.

Em parceria com o IRB, atualmente responsável pela gestão do FESR, foi elaborado um projeto de lei considerado crucial para o desenvolvimento do seguro agrícola. A idéia é mudar a natureza do Fundo para que ele garanta apenas eventos catastróficos e proponha novas fontes de contribuição. A curto prazo, para amenizar alguns problemas operacionais existentes no FESR, propusemos ao CNSP a revisão da Resolução CNSP 46/2001.

As modalidades com maior desenvolvimento são aquelas que cobrem, respectivamente, os bens dados e os que não são dados em garantia de operações de crédito rural.

Como é fundamental o papel de regulador de seguros para o desenvolvimento do mercado, esperamos trabalhar em conjunto com os atores do mercado, observadas as necessidades e obrigações de cada um.

*Coordenador da Detec/Geesa, gerência responsável pelo seguro rural na Susep (Superintendência de Seguros Privados)

PESQUISA

0 que os produtores esperam

*Getúlio Pernambuco**

Na pesquisa realizada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para o Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005, que consultou 3.160 produtores de todo o Brasil, o seguro rural foi apontado como o terceiro principal instrumento da política agrícola, em termos de importância, atrás apenas do crédito e dos preços mínimos.

O resultado da pesquisa revela que 71% dos produtores pesquisados têm a intenção de contratar o seguro agrícola, caso haja subvenção do prêmio pelo governo. Os principais produtos para

a contratação do seguro agrícola, por ordem de prioridade, são: soja, milho da safra de verão, milho safrinha, pecuária, trigo, feijão e algodão.

A aprovação de R\$ 10 milhões para subvenção ao prêmio do seguro agrícola na safra 2005/06 permite a cobertura máxima de 0,06% da área a ser plantada. Esse cálculo considera a despesa de custeio, a área plantada e o prêmio médio de 6%, com uma subvenção média de 32% do prêmio, da safra de grãos e fibras.

Perdas

Na safra 2005/2006, por problemas climáticos e com a ferrugem asiática, os produtores de soja tiveram prejuízo estimado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em R\$ 10 bilhões. Do montante destinado à subvenção do prêmio do seguro agrícola, parcela expressiva de produtores e da produção ficou descoberta, sujeito ao mesmo prejuízo ocorrido na safra 2004/05.

Aprovado pela Lei nº 10.823, de 19/12/03, a subvenção ao prêmio do seguro rural teve as primeiras experiências em 2004. A burocracia e a modalidade de leilão de subsídios para as seguradoras tornaram o sistema inoperante. O novo sistema adotado em 2005, mais simples e adaptado à realidade de um mercado securitário altamente regulamentado, tem todas as condições de funcionamento, mas os recursos não são suficientes para viabilizar o seguro rural.

A aprovação da subvenção ao seguro rural nasceu da constatação de que a ausência desse instrumento é uma das causas do endividamento rural. No Brasil, por falta de seguro rural, as per-

das de produção por problemas climáticos e ataque de doenças e pragas são integralmente absorvidas pelos produtores.

Na modalidade de subvenção do prêmio pelo governo, o produtor rural escolhe a seguradora habilitada para receber a subvenção do prêmio, que encaminhará o pedido ao MAPA, responsável pela análise e consulta sobre a situação de adimplência do produtor rural no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do setor público federal (Cadin). O seguro agrícola cobrirá os danos causados às lavouras por eventos climáticos incontroláveis ou doenças e pragas sem método difundido de combate, controle ou profilaxia, nas modalidades aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda.

As normas aprovadas pelo Conselho Gestor do Seguro Rural possibilitam que o produtor tenha um máximo de subvenção por ano, caso faça uma cultura de verão, uma de inverno e mais o cultivo de uva ou maçã. As diversas modalidades de seguro não cobrem integralmente o custeio, mas apenas um percentual. Nesse caso, o prêmio do seguro é menor e amplia a área coberta, porém o valor da indenização será insuficiente para o replantio integral da cultura em caso de sinistro.

Mais cobertura

O baixo valor do limite por produtor para subsidiar o prêmio fez com que esse programa pudesse conviver com outros estaduais ou mesmo com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). O produtor poderá contratar seguro rural na modalidade agrícola, com subvenção econômica federal ao prêmio para a mesma cultura beneficiária de subvenção ao prêmio de programas estaduais ou enquadrados no Proagro, desde que as lavouras sejam implantadas em áreas diferentes e mediante a contratação de apólices ou certificados de seguro distintos. Essa prática permite a ampliação da cobertura do seguro rural.

As regras atuais irão subsidiar o produtor mais bem informado e com alguma experiência na contratação de seguro. Aquele que protocolar o seu pedido mais rapidamente terá mais chance de ser contemplado com a subvenção ao prêmio.

O potencial da importância segurada para a safra de grãos e fibras é de R\$ 55,6 bilhões, o que gera um potencial de prêmio de R\$ 3,3 bilhões, caso se utilize um prêmio médio de 6%. Se incluir os demais produtos agrícolas, o valor potencial da importância segurada sobe para R\$ 102,3 bilhões, com um prêmio potencial de R\$ 6,1 bilhões.

O seguro rural no Brasil, embora com particularidades próprias, foi inspirado nos modelos da Espanha e do México, com larga experiência no segmento. É importante assegurar o seu funcionamento. Com a sua desburocratização, o aumento do valor destinado à subvenção possibilitará a participação de maior quantidade de produtores e de seguradoras.



*Chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA)

MUNDO

Experiências internacionais: modelos de sucesso



Países como Estados Unidos e Espanha possuem um sistema de seguro desenvolvido com forte participação de seus governos. Nesses locais é ofertada uma gama maior de tipos de seguro, ao contrário do que acontece no Brasil.

Tanto nos EUA como na Espanha, os programas de seguros são mantidos por estatais – a Risk Management Agency (RMA), nos Estados Unidos e a Entidade Estatal de Seguros Agrários (Enesa), na Espanha. Ambas trabalham com seguradoras privadas, sendo que a Enesa conta com a participação de associações de produtores. O México reúne também o conhecimento e o interesse dos órgãos financiadores.

Esses países consideram o subsídio um dos instrumentos modernos de política agrícola e imprescindível à atividade do produtor rural. Quanto mais produtores puderem usufruir do subsídio tanto maior será a agregação de novas tecnologias.

Órgãos como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) apóiam a política de seguro agrícola para os países em desenvolvimento. O seguro agrícola garante práticas avançadas de cultivo e de rendimento contínuo. Em países que possuem um registro adequado e confiável de informações sobre a produtividade por um longo período, dez anos em média, tanto os pequenos quanto os grandes produtores podem contar com um seguro de garantia de renda.

À medida que a atividade agrícola cresceu nesses países, diversos ajustes foram feitos para tornar os programas menos deficientes e sustentáveis a médio e longo prazos. Para que isso

fosse conquistado nos Estados Unidos, o governo subsidiou parte das despesas administrativas das seguradoras privadas, o que explica os altos recursos colocados à disposição no orçamento da União para a RMA e Federal Crop Insurance Corporation (FCIC), de cerca de U\$ 71 milhões em 2003.

Na busca pela auto-suficiência, os EUA, Espanha e alguns países da América Latina, notadamente o Chile, aprovaram leis que garantiam a Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural.

Nos Estados Unidos, dependendo do tipo de cobertura ou cultura, sejam as de múltiplo risco ou não, os subsídios giravam em torno de 30% a 50%. Na Espanha, dependendo também da escolha do produtor, os subsídios variam entre 50 a 80%, incluindo catástrofes. No Chile, o subsídio pode chegar a 80%.

No México, houve a privatização do seguro rural a partir da década de 1990.

O seguro agrícola nesses países estão adequando-se constantemente às condições de demanda, seja por novos produtos ou não. Existe uma forte concorrência entre as seguradoras, que muitas vezes vendem o mesmo produto. Na Espanha, por exemplo, é possível contratar um seguro pelo mesmo preço e com as mesmas coberturas, mas a seguradora que oferecer melhor atendimento e possuir maior capilaridade tem uma vantagem considerável.

O número de corretores de seguros especializados é alto, cerca de 27 mil nos EUA. Eles trabalham de forma independente, são comissionados, recebem parte do prêmio pago por contrato e podem estar ligados a mais de uma seguradora.

Megatendências

Projeções
para 2016/17

EM FEVEREIRO de 2006, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) divulgou uma análise com quatro partes: Grandes Tendências, Projeções do Agronegócio – Mundo e Brasil, Incertezas e Conclusões. Este trabalho dá continuidade ao estudo.

Demografia

Crescimento – A população mundial passará dos 6,5 bilhões em 2005 para 8,3 bilhões em 2030. O crescimento maior ocorrerá na Ásia, com aumento de 1,1 bilhão de pessoas entre 2005 e 2030. A população brasileira alcançará 235 milhões de habitantes em 2030.

Urbanização – No ano 2010, a população mundial urbana ultrapassará a rural e atingirá 60% em 2030. A taxa de urbanização brasileira em 2030 alcançará 91,3%. O Brasil seguirá um padrão, semelhante aos países desenvolvidos, de concentração de sua população nos espaços urbanos.

Envelhecimento – No ano 2005, foram apurados 672,4 milhões de pessoas com mais de 60 anos no mundo. Em 2030, este número passará para 1,37 bilhão.

Economia

Crescimento: Nos próximos 10 anos, a economia mundial crescerá mais de 3% ao ano. Até 2020, a projeção é de 4,6% para os países em desenvolvimento e 2,4% para os países desenvolvidos: sul da Ásia, 5,5% ao ano, com 6% para a China, 5,8% para a Índia. A taxa prevista para o Brasil até 2015 é de 3,5% ao ano.

Comércio internacional: Queda de barreiras tarifárias e não-tarifárias para produtos agrícolas, com aumento do intercâmbio, por exemplo, no açúcar e nas carnes.

Ambiente

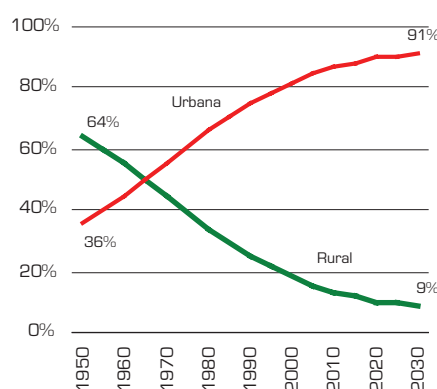
A produção agrícola adotará práticas conservacionistas, com tecnologias para preservar a água, florestas e a fertilidade natural das terras. A floresta amazônica terá uma política específica para preservar

var sua sustentabilidade. Os recursos hídricos serão fundamentais para a segurança alimentar.

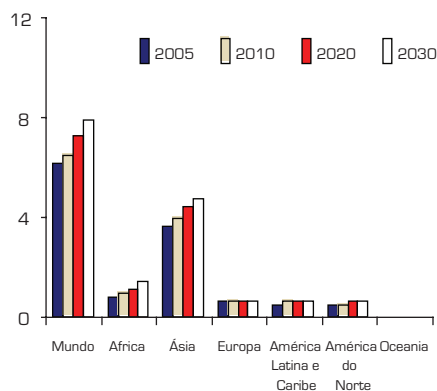
Tecnologia

Os avanços da biotecnologia transformarão os mercados e ampliarão as oportunidades na agricultura e na bio-indústria. A nanotecnologia desenvolverá novas ferramentas para a biotecnologia e para a nanomanipulação de genes e materiais biológicos.

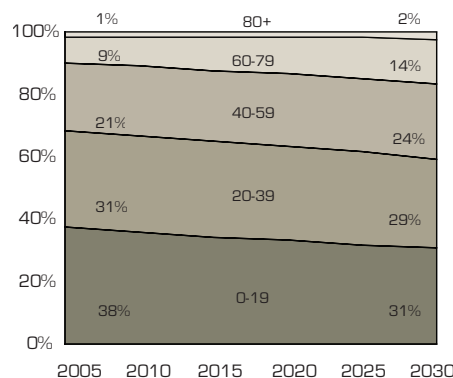
O desafio é incorporar as inovações científicas e tecnológicas no agronegócio brasileiro, para garantir a sua competitividade no médio e longo prazos.

Projeção da população
brasileira, rural e urbana

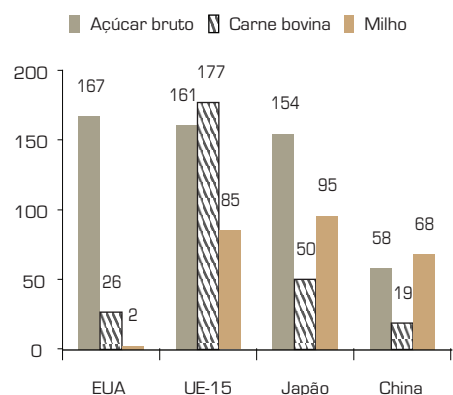
Fonte: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat

Projeções da população mundial,
2005 a 2030 (bilhões)

Fonte: United Nations

Envelhecimento da população
mundial, por faixa etária (%)

Fonte: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat

Tarifas *ad valorem* aplicadas pelos
EUA, UE, Japão e China (%)

Fonte: Icone

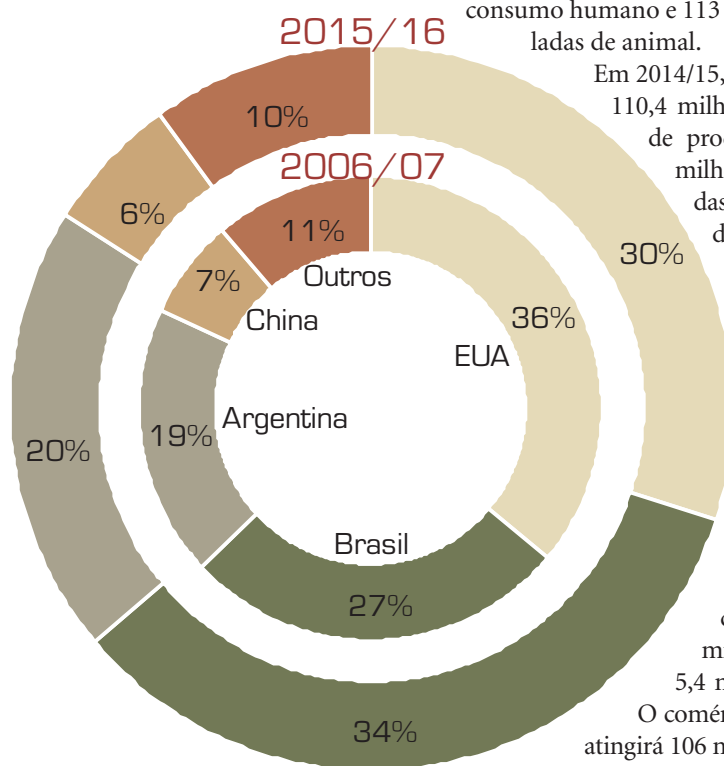
Soja em grão

Na safra 2015/16, a produção mundial de soja alcançará 277 milhões de toneladas (mais 27% sobre a safra 2005/06). A produção ficará mais concentrada: os três maiores produtores (Argentina, Brasil e Estados Unidos) representarão 85% da produção mundial.

O complexo oleaginoso [soja, mamona, palma etc.] experimentará o maior crescimento, notadamente nos países com baixos custos de produção, como Brasil e Argentina. Os preços permanecerão ligeiramente constantes até 2020.

Em 2015/16, o Brasil será o maior exportador mundial de soja em grão. Segundo o Fapri, já no ano de 2007/08, as exportações brasileiras de soja superarão as dos Estados Unidos. A participação dos Estados Unidos no mercado mundial cairá de 42,2% para 28,8% e a do Brasil passará de 41% para 54,5%.

Distribuição da produção mundial de soja (%)



Fonte: Fapri e Age

Açúcar

A produção global de açúcar atingirá 179,7 milhões de toneladas em 2016, com crescimento anual de 1,85%. O consumo mundial crescerá a uma taxa de 2,0% ao ano.

O Brasil será um país-chave na determinação do futuro dos preços mundiais do açúcar, como líder em produtividade e em exportação (55,6% do total).

Milho

Nos anos de 2015/16, a área plantada com milho continuará com tendência de crescimento e atingirá 149,2 milhões de hectares. A produção mundial aumentará para 786 milhões de toneladas em 2015/16.

Projeta-se um aumento do comércio mundial de milho de 75 milhões em 2005/06 para 88,7 milhões de toneladas em 2015/16. Os Estados Unidos aumentarão sua participação no mercado mundial dos atuais 62,2% para 71,6%.

Trigo

Estima-se uma produção mundial de trigo de 672 milhões em 2015/16 (mais 7,5%), com 559 milhões de toneladas de consumo humano e 113 milhões de toneladas de animal.

Em 2014/15, a UE-15 atingirá 110,4 milhões de toneladas de produção (mais 5,0 milhões de toneladas). Haverá um decréscimo da participação dos Estados Unidos de 28,3% para 24,8%. A Argentina terá uma exportação líquida de 12,9 milhões de toneladas.

A Ásia terá uma importação líquida de 2,2 milhões da China e 5,4 milhões do Japão.

O comércio internacional atingirá 106 milhões de toneladas em 2015/16. (mais 13,0 milhões),

sendo 21 milhões com a Argentina (mais 2,9 milhões) e 28 milhões com a Austrália,

Arroz

A produção mundial de arroz atingirá 452 milhões de toneladas em 2015/2016. (acréscimo de 35 milhões de toneladas), a uma taxa anual de 1,19%, pouco superior ao consumo, estimada em 1% ao ano.

As exportações totalizarão 30,2 milhões de toneladas em 2015/2016, com grande participação da Tailândia (30,0%). Outros 30% deverão ser fornecidos pelo Vietnã e pela Índia. Os Estados Unidos deverão abastecer 10,2%. Os maiores importadores de arroz serão a Indonésia (1,8 milhões de toneladas) Nigéria (2,1 milhões), Filipinas (2 milhões) e Arábia Saudita (1,4 milhão).

Carnes

A produção mundial de carnes (bovina, suína, frango) atingirá 317,4 milhões de toneladas em 2015 (acréscimo de 51,0 milhões de toneladas). A quantidade produzida de carne bovina atingirá 77,5 milhões de toneladas, a de carne suína 123 milhões de toneladas e a de carne de frango, 103,2 milhões de toneladas.

Quanto às exportações mundiais de carne de frango, os maiores exportadores serão o Brasil, (4,38 milhões de toneladas), os Estados Unidos (3,22 milhões de toneladas), União Européia (1,0 milhão de toneladas) e a Tailândia, com 476 mil toneladas.

A carne de frango apresentará a maior taxa de crescimento da produção, com 2,31% ao ano, enquanto a de carne bovina será de 1,85 % e a da carne suína será de 1,69 % ao ano.

As exportações de carne bovina serão concentradas em 80% das exportações por Brasil, Austrália, Argentina e Nova Zelândia. O Brasil será o maior exportador (2.226 mil toneladas). As exportações de carne suína, de 5,0 milhões de toneladas, serão lideradas por Canadá, União Européia-15 e Brasil. (1.194 mil). ■

Trabalho elaborado pela AGE (Assessoria de Gestão Estratégica) do MAPA em dezembro de 2006.

Pecuária

Reavaliar a competitividade

Julio Otavio Jardim Barcellos*
Guilherme Cunha Malafaia**

ATÉ O final dos anos 90 a pecuária de corte brasileira cresceu em produtividade e aperfeiçoou o modelo de gestão do negócio. Agora, é necessário reavaliar a sua competitividade em face da:

- Introdução da rastreabilidade;
- Ocorrência de focos de febre aftosa;
- Perda de rentabilidade.

A construção da competitividade na pecuária de corte depende da análise das debilidades e das fortalezas envolvidas na aplicação dos recursos físicos, econômicos e humanos. Como o ciclo não é fechado, para a manutenção de uma vantagem competitiva, devem ser identificados os investimentos necessários para cobrir os *gaps* tecnológicos estratégicos.

O negócio pecuário, respeitadas algumas especificidades, segue os conceitos clássicos da economia industrial. A atividade econômica começa com a ocupação do território, na forma de subsistência. Foi necessário incorporar conhecimento e dispor de tecnologia para transformar os processos de produção. Um processo lento.

Na virada para o século XXI, o cenário exige uma nova postura. Agora há uma especificação de produto, normal para qualquer outra atividade produtiva. Quem determina o boi a ser produzido é o mercado. O paradigma quebrou. Surgem desafios na linha do empreendedor. A velocidade da mudança foi muito rápida.

Quando um produtor tem um novilho à venda, há também o do concorrente. Se os animais reúnem as mesmas especificações de conformidade, o menor preço pesa na hora da escolha do consumidor. Quem tem o menor custo é mais competitivo. Na carne bovina, as regras são abrangentes e ponderam além do preço, as condições de

produção, garantias, serviços etc. Se na década passada foram feitos ajustes nos custos e na produtividade, agora cabe saber os fatores que influem nos resultados.

A recuperação da competitividade por meio de menores custos de produção é uma tarefa difícil. Para aumentar a produtividade serão necessários insumos e custos maiores. O poder de barganha com os fornecedores de insumos é pequeno.

As empresas familiares, de menor escala e custos mais comprometidos com a sobrevivência, possuem alternativas para reduzir desperdícios de insumos, horas em retrabalho, excesso de mão-de-obra e

alto percentual de produtos fora do padrão de conformidade [*animais refugos*].

A tecnologia de processos e a análise sistêmica são alternativas viáveis e de baixo custo para aumentar a produtividade, por meio da:

- Demanda de energia do animal;
- Disponibilidade de alimentos;
- Adequação entre a produção da vaca de cria e a pastagem;
- Curva de crescimento dos animais e o seu crescimento compensatório;
- Participação de cada categoria animal na estrutura do rebanho.

Evolução da pecuária de corte no tempo como atividade econômica



Fatores que determinam o resultado em pecuária de corte



Pecuária

O modelo francês

Nádia Alcantara*

Padrões

Na pecuária de corte, o mercado começa a definir padrões de conformidade e de especificações para cada produto. Quando um produtor vende um lote de novinhos ao frigorífico, os animais sem atender ao padrão estabelecido sofrem deságio.

Existem aspectos relacionados com outros fatores influentes e o mercado. O efeito da gripe aviária sobre a redução dos preços pagos ao pecuarista superou o da febre aftosa.

A diferenciação é representada pela qualidade de produto, o processo de produção ou a sua conformidade em particular. Quando isto ocorre, o produtor negocia melhor o preço. Essa é uma das opções para alguns sistemas agroalimentares locais. A apropriação do como fazer, a incorporação de selos raciais, marcas e identificação de origem são discretas realidades. No curto prazo, uma vantagem competitiva da pecuária brasileira.

Embora as exportações brasileiras não remunerem adequadamente o produtor, existem sistemas especializados em produzir para atender um segmento qualificado, disposto a pagar um preço maior. A estratégia é construir uma vantagem competitiva, cuja cadeia de valor alcance o pecuarista. O requisito é realizar uma prospecção clara do mercado e o obter compromisso dos produtores de atender as exigências, como é o caso da rastreabilidade, por exemplo, para transformá-la em oportunidades. ■

A AGROPECUÁRIA francesa reestruturou-se. O aumento em área das propriedades e a especialização da pecuária começaram há 10 anos. A sociedade familiar, camponesa, perde espaço para a agricultura profissional, preocupada com *performance* e viabilidade econômica.

Na França, era comum o filho suceder o pai na atividade na unidade agrícola. Atualmente, os jovens franceses consideram esse trabalho arcaico, com muita dedicação e baixo retorno econômico. A sucessão fica cada vez mais difícil, quando uma parte importante dos pecuaristas se aposenta [*os filhos do baby boom, do pós-guerra, de 1945*]. A população rural fica reduzida e aumenta a concentração das terras.

A reforma da Política Agrícola Comum (PAC) não estimula a produção. Os agricultores recebem o subsídio sob a forma de DPU – Direito de Pagamento Único, vinculado ao produtor e não à produção. Com a diminuição dos subsídios, muitas propriedades ficarão inviáveis. Somente pecuaristas mais eficientes se manterão na atividade, cuja tendência é de redução. As palavras de ordem para eles são produtividade e economia de escala.

O mercado francês passa a ser deficitário em carne bovina, com a redução da atividade e dos volumes de produção. A necessidade de produto de qualidade forçará uma maior abertura para o fornecimento externo. Cria-se um cenário mais favorável de acesso à carne bovina brasileira.

Reforma

A PAC foi criada nos anos 50, após a 2ª Guerra Mundial, para garantir a auto-suficiência em alimentos no bloco europeu. Maior beneficiária da ajuda financeira para

a agricultura no continente, a França recebe cerca de 70% da ajuda destinadas ao setor. O país apresenta a maior resistência à política de abertura de mercados, discutida no âmbito da Organização Mundial do Comércio e tão almejada pelos brasileiros.

Os outros países, como Reino Unido e Alemanha, como não concordam em financiar uma agricultura pouco competitiva e cara, pressionam a França a mudar sua estratégia protecionista e usar outros argumentos para receber subsídios, além da proteção ambiental e a importância em manter a tradição camponesa.

Internamente, apenas 5% da população francesa se beneficia dos subsídios europeus e da política de proteção agrícola. O resto da população começa a contestar essas ajudas. O estado enfrenta problema de déficit público. A redução da população economicamente ativa e o forte movimento de imigração terão forte impacto no sistema social francês, nos próximos anos.

Em 2006, foram colocadas em prática as primeiras medidas para a redução dos subsídios à agricultura, em curso até 2013. Certas exceções foram concedidas para a França, tais como o pagamento de subsídios vinculados a sistemas de manutenção dos rebanhos de vacas de corte, considerados sensíveis.

Pelo sistema de DPU, o produtor recebe uma ajuda fixa correspondente à média do subsídio recebido entre os anos de 2000 e 2002. O subsídio fica desvinculado da produção e passa a ser vinculado ao produtor. Para receber plenamente os subsídios, o agricultor deve respeitar as diretrizes europeias de proteção ambiental.

Contadores rurais franceses do Centro de Gestão Rural do Grande Oeste Francês consideram ainda cedo para o agricultor sentir os impactos da reforma da política agrícola. Os efeitos serão percebidos dentro de um a dois anos. As propriedades com plantéis menores que 20 vacas correspondem a 49% do total.

Reestruturação

A superfície agrícola francesa reduziu-se de 51% a 47% na década de 90. Para a pecuária isso significou uma redução da

* Médico Veterinário, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail: julio.barcellos@ufrgs.br

** Administrador, Professor da Universidade de Caxias do Sul – UCS. E-mail: gcmalafa@ucs.br

Tamanho e número de propriedades em janeiro de 2005

	Numero de propriedades		Efetivo do plantel	
	Quantidade (milhares)	% do total	Quantidade (milhares)	% do total
Menos de 10 ha	42	30	186	5
10 a 19 ha	27	19	378	9
20 a 39 ha	34	24	948	24
40 a 49 ha	11	8	470	12
50 ou mais ha	27	19	2020	50
Total	141	100	4002	100

Fonte: Institute de L'Élevage, 2006

França: balanço de carne bovina (milhares de toneladas equivalentes em carcaça)

Item	2002	2003	2004	2005 *	2006 **	Var. 06/05 [%]
Produção	1400,9	1393,6	1332,6	1296,1	1281,0	-1,2
Abate	1365,4	1363,6	1304,4	1274,4	1270	-0,3
Exportação	229,3	303,1	279,6	228,3	220	-3,6
Importação	250,7	236,6	285,8	314,8	320	1,7
Estoque	6,3	-67,6	-37,3	0,0	0,0	0,0
Consumo	1380,6	1364,7	1347,7	1360,9	1370	0,7

Fonte: Institute de L'Élevage, 2006. * estimativa ** previsão

ordem de 2% por ano em volume de produção de carne.

Entre 2004 e 2005, o plantel francês diminuiu de 19,55 para 19,38 milhões de cabeças. É a primeira vez em 40 anos que fica abaixo de 20 milhões de cabeças.

A produção de carne bovina em 2005, de 1.296,1 mil toneladas de carcaça, foi o menor em 30 anos, para um consumo de 1.360,9 mil toneladas de equivalente carcaça. Para 2006, a previsão era de nova redução e aumento do consumo.

Demanda de carne

A França é o maior consumidor de carne bovina da Europa. Em 2004, o mundo consumiu cerca de 60 milhões de toneladas de carcaça, enquanto a União Europeia consumiu 8,21 milhões de toneladas de carcaça. O consumo de carne bovina por habitante na UE em 2005 foi da ordem de 17,4 quilos, e na França da ordem de 27 quilos.

Segundo o *Institute de L'Élevage*, os canais de comercialização para o consu-

mo interno são: redes de supermercados (72%), restaurantes e hotelaria (23%) e indústrias de transformação (5%).

Para os consumidores, o fator determinante de compra é a qualidade e a garantia de origem da carne bovina. Os produtos de origem nacional são privilegiados. As redes de supermercado trabalham sobre a garantia da origem do produto. Alguns técnicos observam que, passados os efeitos das crises sanitárias, o preço passou a influenciar o consumidor.

As carcaças são classificadas, de acordo com a conformação e a qualidade. Também classificadas quanto à cobertura de gordura com notas de 1 a 5, sendo que 1 vai para as carcaças sem cobertura de gordura e 5 para as com excesso de gordura.

Estagnação

A taxa de crescimento econômico francesa foi da ordem de 1,7% em 2005. As previsões em 2006 e 2007 são da ordem de 1,9% e 2% respectivamente, segundo dados do Eurostat. Com o poder de compra da população estagnado e os preços elevados, há uma inibição do consumo das carnes.

Com as mudanças de gestão na pecuária francesa, os produtores diferenciam a produção, mediante agregação de valor. São os casos das carnes produzidas pelo sistema de Indicação Geográfica Protegida (IGP), ou *Appellation d'Origine Contrôlée* (AOC), reconhecidos por lei da União Europeia; e Inao (*Institut National d'Appellation Contrôlée*), órgão responsável pelo reconhecimento oficial de produtos na França.

Por meio de estudos científicos, os pecuaristas provam que seus produtos são diferenciados pela maciez e sabor, resultados da aplicação de manejo específico.

Os apelos são o respeito aos métodos tradicionais, o respeito à natureza e a preservação do homem no campo. São vendidos como produtos regionalizados, em lojas onde a renda da população é mais elevada, a preços até 30% acima dos produtos comuns. ■

Oportunidades para a carne brasileira na Europa

A França busca adequar sua agricultura a um novo ambiente, com eliminação dos subsídios e redução da política agrícola interna. Em curto prazo darão espaço a produtos de outras regiões, com preços mais baratos, para atender à demanda da população. Quando se analisam as diversas mudanças em curso na cadeia produtiva da carne bovina francesa e do continente europeu, a necessidade de abastecimento do mercado irá estimular as importações de carne bovina.

O foco dos Estados Unidos e da Austrália é o mercado asiático: China e Japão. O Brasil, como maior exportador mundial do produto, passa a ser opção como fornecedor, com produção em sistemas naturais, à base de forragens.

A Europa representa um importante mercado, tanto de consumo, como de valor, pois consome cortes traseiros, de maior preço. Para atender a este mercado, o Brasil terá de cumprir exigências. A rastreabilidade do rebanho e a adequação às normas do Eurepgap são os pontos a serem respeitados.

* Consultora e médica veterinária pela Unesp de Botucatu. E-mail: nbalcantara@hotmail.com

Exportações

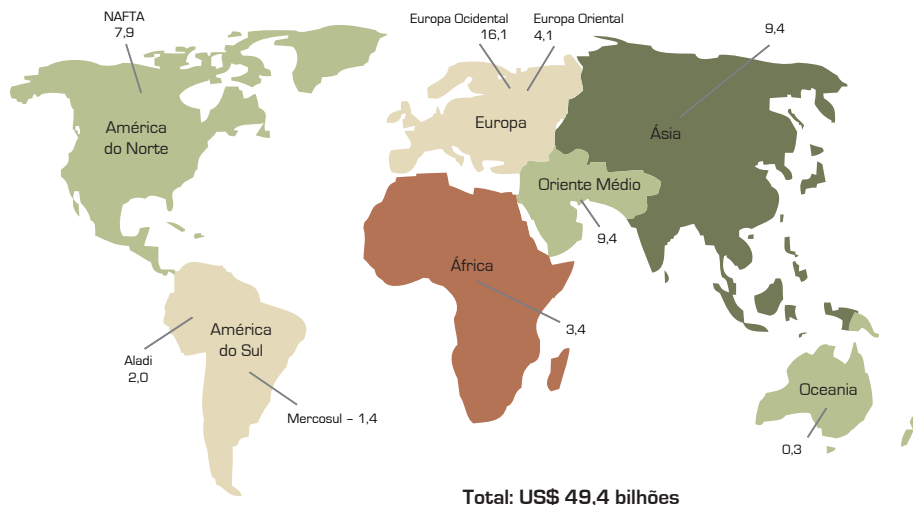
Sexto recorde consecutivo

MAIS UMA vez, a valorização do real ante o dólar não foi suficiente para evitar outro recorde nos números da balança comercial brasileira. Os embarques externos bateram nos US\$137,4 bilhões, enquanto as compras no mercado internacional ficaram em US\$91,4 bilhões. Com isso, o saldo positivo chegou a US\$ 46,0 bilhões.

A contribuição do agronegócio para a conquista desse notável desempenho foi fundamental, com exportações de US\$ 49,4 bilhões, contra US\$ 43,6 bilhões em 2005. Quando se toma o superávit da balança comercial brasileira, o setor foi responsável por 93% do total.

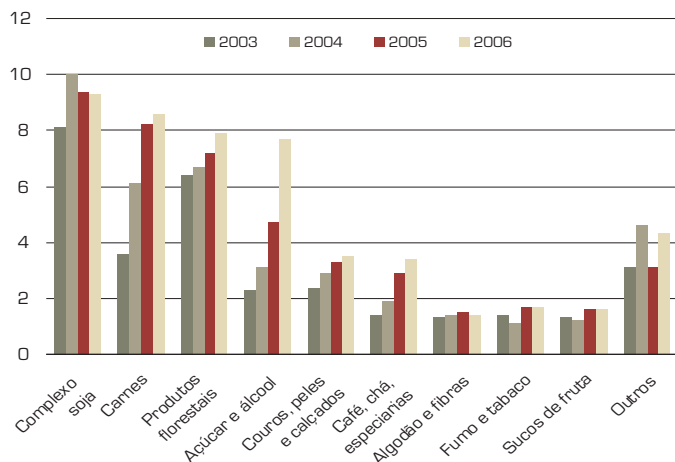
O aumento das exportações contou com o salto verificado na cadeia sucroalcooleira, que ficou acima do dobro do ano anterior. A soja continua a liderar o *ranking* da comercialização, mas as carnes ficaram mais perto, mesmo com os focos

Brasil: exportação do agronegócio em 2006 (US\$ bilhões)



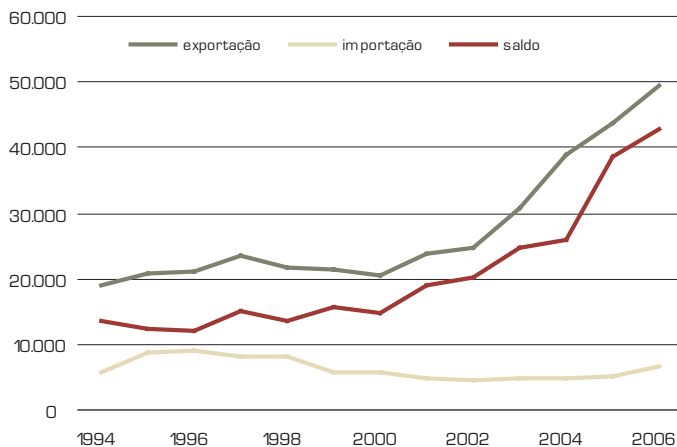
Fonte: Secex

Brasil: exportação do agronegócio (US\$ bilhões)



Fonte: Secex

Brasil: balança comercial do agronegócio (US\$ milhões)



Fonte: Secex

Balança comercial do agronegócio (US\$ milhões)

Setores	2006			2005			Var. %	
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp
Complexo soja	9.308	47	9.261	9.474	103	9.371	-1,7	-54,5
Carnes	8.641	130	8.511	8.194	136	8.058	5,5	-4,4
Produtos florestais	7.879	1.630	6.249	7.199	1.223	5.976	9,4	33,3
Complexo sucroalcooleiro	7.772	0	7.772	4.684	0	4.684	65,9	0
Couros, peles e calçados	3.471	211	3.260	3.054	169	2.885	13,7	24,8
Café	3.364	2	3.362	2.929	2	2.927	14,9	0
Fumo e tabaco	1.752	30	1.722	1.707	22	1.684	2,6	36,4
Sucos de fruta	1.570	8	1.562	1.185	6	1.179	32,5	33,3
Fibras e produtos têxteis	1.389	444	945	1.526	238	1.288	-9,0	86,6
Frutas	733	317	415	706	241	466	3,7	31,5
Cereais, farinhas e preparações	722	1.630	-908	292	1.174	-881	147,2	38,8
Pescados	368	445	-77	405	297	107	-9,1	49,7
Cacau e suas preparações	362	131	232	387	114	273	-6,4	14,4
Bebidas	205	255	-49	201	188	13	2,1	35,6
Demais produtos	1.886	1.415	471	1.646	1.197	449	14,6	18,2
TOTAL	49.422	6.695	42.726	43.589	5.110	38.479	13,4	31,0

Fonte: Elaborado pela SRI / MAPA a partir de dados da Secex / MDIC

Exportações do agronegócio por blocos econômicos em 2006 e 2005 (US\$ milhões)

Blocos	Janeiro-Dezembro		Var %	Participação sobre total %	
	2006	2005		2006	2005
União Européia 25 - Ue 25	15.541	14.473	7,4	31,4	33,2
União Européia 15 - Ue 15	15.175	14.166	7,1	30,7	32,5
Ásia (Excl.orient. Médio)	9.386	8.615	8,9	19,0	19,8
Nafta	7.962	6.857	16,1	16,1	15,7
Oriente Médio	4.148	3.057	35,7	8,4	7,0
Europa Oriental	4.096	3.586	14,2	8,3	8,2
África (Excl.orient. Médio)	3.434	2.840	20,9	6,9	6,5
Aladi (Excl.mercosul)	2.009	1.734	15,9	4,1	4,0
Mercosul	1.459	1.299	12,3	3,0	3,0
Demais Da Europa Ocidental	519	437	18,8	1,1	1,0
Oceania	229	178	28,7	0,5	0,4
Demais Da América Latina	165	156	5,8	0,3	0,4

Fonte: Elaborado pela SRI/ MAPA a partir de dados da Secex/ MDIC

de febre aftosa verificados em Mato Grosso e o temor da gripe asiática.

Cerca de 212 países receberam produtos nacionais. Os principais países compradores de produtos do agronegócio brasileiro foram: Estados Unidos (US\$ 7 bilhões); Países Baixos (US\$ 4 bilhões); China (US\$ 3,8 bilhões); Rússia (US\$ 3,1 bilhões); Itália (US\$ 2,1 bilhões); e Alemanha (US\$ 2

bilhões). É importante destacar o elevado crescimento das exportações do agronegócio para os seguintes países: Irã (79,8%); Venezuela (64%); Egito (62%); e Emirados Árabes Unidos (47,9%).

Importação

No que se refere às importações, em 2006 houve um crescimento de 31%. Passaram

Perspectiva para 2007 é positiva

Para 2007, a expectativa é de pelo menos repetir o desempenho de 2006, com uma meta de arrecadar US\$ 152 milhões. Um crescimento entre 10% e 15% nas exportações e no superávit faz parte das previsões dentro de um cenário normal, muito mais em cima de quantidades embarcadas e não de aumento dos preços

No caso do agronegócio, pesa a influência das condições climáticas na Região Centro-Sul, responsável pela maior parte da produção agropecuária brasileira. Outro risco sensível é na área sanitária.

Nos anos recentes, o País consolidou uma cultura exportadora, com bases sólidas. A tendência do câmbio é de não apresentar grandes flutuações e de manter-se em patamares semelhantes aos do ano passado. Chama a atenção positivamente o crescimento previsto para o comércio mundial em 2007, em torno de 10%.

de US\$ 5,110 bilhões para US\$ 6,695 bilhões. Os produtos com maior incremento foram: trigo (52%), borracha natural (43%), arroz (35%), algodão (144%) e milho (37,8%).

As exportações apresentaram taxas positivas de crescimento para todos os principais blocos econômicos: União Européia (25,4%), Ásia (9%), Nafta (16%), Oriente Médio (35,7%), Europa Oriental (14,2%) e África (20,9%). As diferentes taxas de crescimento resultaram em alterações na participação desses blocos como destinos das exportações.

A União Européia continuou na liderança, absorvendo 31,4% das exportações totais do agronegócio. A participação da Ásia foi de 19%, seguida pelo Nafta, cuja participação foi 16,1%. Vale a pena ressaltar o crescimento da participação do Oriente Médio (de 7,0% para 8,4%); Europa Oriental (de 8,2% para 8,3%); e África (de 6,5% para 6,9%). ■

Crédito Rural

A briga pelos recursos

A PROPOSTA de orçamento para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com vista ao exercício de 2007, encaminhada ao Congresso Nacional, foi de R\$ 950 milhões. O valor supera em 19% a rubrica estabelecida para 2006.

Desse montante, R\$ 195 milhões serão destinados à defesa agropecuária, 60% acima do valor despendido no ano passado. Por tratar-se de uma área sensível, no projeto de lei orçamentária, foi incluída uma emenda parlamentar para que não haja contingenciamento dos recursos. A aplicação será na sua totalidade.

No apoio da comercialização da safra 2005/06, o governo liberou R\$ 2,29 bilhões, para equalizar o custo dos juros sobre 21,7 milhões de toneladas. Em 2005 foram beneficiados 5,1 milhões de toneladas de grãos. Parte da verba não estava no orçamento oficial e foi conseguida via medida provisória. O recurso correspondeu à metade do total desembolsado em

toda a gestão do presidente Lula, em face da aguda crise instalada no setor.

Foi a terceira grande intervenção do governo no mercado da soja, ao longo da história recente da agricultura, para sustentar seus preços. Nos anos oitenta foram adquiridos quase 4 milhões de toneladas. Posteriormente, em 1995, pela primeira vez foi realizada a equalização para os produtores não entregarem 4 milhões de produto ao governo [cerca de 15% da produção nacional].

Para 2007, estão reservados R\$ 2,8 bilhões para apoio. A expectativa é de sobrar recursos. O governo somente intervirá mais para atender ao abastecimento e não para garantir a renda do produtor.

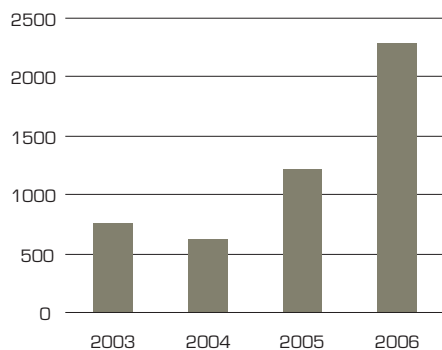
De fato, o cenário é mais favorável. A safra 2006/07 poderá ser maior, com melhora na renda do produtor e diminuição na dívida. Os custos de produção reduziram-se e há recuperação dos preços das commodities. O risco cambial é mínimo, sem um processo de desvalorização du-

rante a comercialização concentrada no segundo trimestre.

Na parte do pagamento das parcelas atrasadas das dívidas da Securitização e do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), contraídas nos anos oitenta, aquelas com vencimentos em 29 de dezembro de 2006 foram prorrogadas para 30 de abril de 2007. São cerca de 12 mil contratos, que somam R\$ 300 milhões de juros. A medida vale para os mutuários adimplentes até 31 de dezembro de 2004.

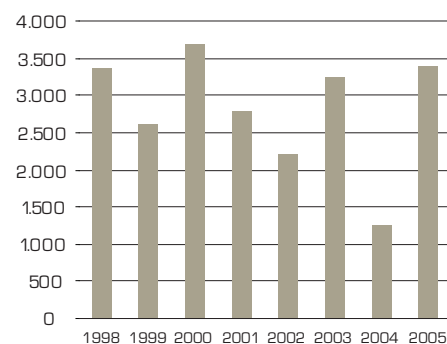
A discussão em torno dos subsídios concedidos pelo governo, principalmente com relação às dívidas alongadas e repactuadas no crédito rural, merece uma análise específica. Os recebimentos anuais não passam de 3% do PIB do setor. Foram R\$ 22,5 bilhões de 1998 a 2002. Os agricultores norte americanos recebem US\$ 20 bilhões por ano. Quando se compara a relação custo e benefício, basta olhar a contribuição do agronegócio para

Brasil: recursos para comercialização da safra (R\$ milhões)



Fonte: MAPA.

Brasil: despesa do Tesouro nas negociações das dívidas agrícolas (R\$ milhões)



Fonte: STN. R\$ milhões

Brasil: dívidas da agricultura (R\$ bilhões)

1. Securitização e Pesa	6,8
2. Crédito Rural - Safras 2004/05 e 2005/06	6,0
3. Setor Privado	
- Sementes	0,4
- Fertilizantes	2,0
- Defensivos	3,5
- Tradings	1,3
Total	20,0

a segurança alimentar interna, sem pressionar a inflação, e na geração divisas com exportações.

O Banco do Brasil pretende aplicar R\$ 33 bilhões na safra 2006/07, dos quais R\$ 6 bilhões na agricultura familiar. Em 2006, 330 mil operações de crédito rural, com soma de R\$ 5,8 bilhões, tiveram seus refinanciamentos. Isso aumentou a taxa de inadimplência para 2%, a maior dos últimos seis anos, mas ajudou os agricultores a enfrentar a crise dos grãos desencadeada nos últimos dois anos.

No seguro rural, o setor encerrou 2006 com R\$ 37 milhões contratados – suficientes para cobrir uma área de 1,5 milhão de hectares – dos R\$ 60,9 milhões previstos. O governo liberou próximo de R\$ 29,3 milhões, com a contratação de 16,6 mil apólices. Em 2005, foram R\$ 2,3 milhões para R\$ 42 milhões orçados. Pode-se afirmar que foi o primeiro ano

Renegociação das dívidas dos agricultores

O governo anunciou, no início de janeiro, um acordo para resolver o problema das dívidas dos agricultores com empresas de insumos. O acordo possibilita a renegociação de cerca de R\$ 3,2 bilhões em débitos contraídos nas safras 2004/05 e 2005/06. As dívidas serão refinanciadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) por um prazo de cinco anos, sendo um de carência. A dívida renegociada deverá ser paga entre 2008 e 2011. O volume a ser repassado pelo FAT será de R\$ 2,2 bilhões.

com uma operação efetiva. Em 2005 havia um plano piloto e, em 2004, o modelo era outro. Neste ano, a meta é chegar a R\$ 100 milhões.

Na verdade, a crise fiscal do governo e a necessidade de gerar superávit em seu Orçamento, obrigam o governo a gerir com mão forte o controle do caixa. Muitas políticas públicas ficam comprometidas. É o caso do agronegócio, que quando enfrenta um quadro adverso

de preço ou de adversidade climática, depara com abrupta queda de renda, sem mecanismos de proteção. Um desafio constante para as lideranças do setor mostrar para a sociedade a sua importância e o retorno dos recursos nele aplicados. A repactuação das dívidas agrícolas custou ao Tesouro R\$ 22,5 bilhões desde 1998, um quarto do saldo gerado pela balança comercial dos produtos agroindustriais. ■



PROGRAMA

CONJUNTURA BRASIL

De Segunda a Sexta às 12:55 Hs

(PROGRAMA INDEPENDENTE)



APRESENTAÇÃO:

Maria Rita Falleiros

Através de entrevistas, debates técnicos, reportagens especiais e o resumo dos maiores eventos de negócios, o programa divulga onde estão as oportunidades de negócios na agricultura, pecuária, industrialização e comercialização de produtos. Divulgar iniciativas que estimulem o desenvolvimento do país, são as metas do programa “CONJUNTURA BRASIL”.



ANUNCIE CONOSCO: (16) 3623 9720
E-MAIL: vsbeneficios@netsite.com.br

Oferecimento:



Apoio:

AGRO ANALYSIS



Etanol

Lobby do milho nos EUA

COM INCENTIVO federal de US\$ 0,14 por litro e estímulos estaduais, a Lei de Política Energética de 2005 estabeleceu para 2012, a meta de consumo de biocombustíveis em 28,4 bilhões de litros. Dos biocombustíveis, o etanol é a principal aposta em função do *lobby* dos produtores de milho: a *commodity* é a mais beneficiada com subsídios na Farm Bill.

Apenas em 2005, os produtores de milho receberam em subvenções US\$ 8,7 bilhões. Assim, a área cultivada de milho cresce e a produção é gigantesca, mesmo com preços inferiores aos custos de produção.

Ar limpo

As pressões ambientais, e as medidas previstas na Lei de Política Energética de 2005, fazem com que o etanol ganhe espaço na agenda americana. Em 1992, a Lei Federal do Ar Limpo instituiu uma mistura de 10% de produtos oxigenados na gasolina dos grandes centros urbanos, como o MTBE (éter metil-terbutílico), e o etanol. O uso do MTBE foi abolido recentemente por contaminar os lençóis freáticos, o que motivou o forte crescimento no consumo de etanol.

A maioria dos carros comercializados roda com a mistura E10 (10% de etanol e 90% de gasolina). O governo americano concede incentivos às montadoras para estimular a venda de carros *flex*, preparados para receber 85% de etanol e 15% de gasolina (E85).

Flex

Somente em 2005, foram destinados US\$ 160 milhões para pesquisa e desenvolvi-

mento do etanol celulósico, a partir de resíduos descartados, como as folhas que cobrem as espigas e a palha do arroz.

Estimada em pouco mais de 5 milhões de veículos, a frota de carros *flex* é ainda pequena. A maioria dos proprietários de carros *flex*, já fabricados pelas principais montadoras, continua a abastecê-los com gasolina.

Com apenas 700 bombas de etanol em operação nos mais de 170 mil postos americanos, a escassez de redes especializadas de abastecimento dificulta a adesão dos consumidores ao E85. A rede está concentrada no Meio-Oeste enquanto os maiores centros consumidores estão nas costas do Atlântico e do Pacífico.

Importações

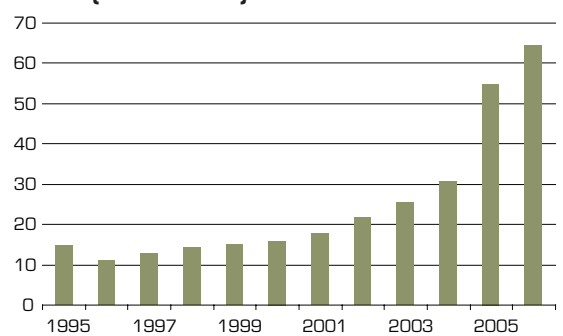
Em 2005, a produção americana de etanol atingiu 16,2 bilhões de litros, para um consumo de

14 bilhões de litros, ou menos de 3% do mercado de gasolina, cujo consumo foi de aproximadamente 530 bilhões de litros. No mesmo exercício, as importações foram de 820 milhões de litros e as exportações de 340 milhões. O Brasil é o principal fornecedor, com mais de 60% do total, seguido de Jamaica, China, Costa Rica, El Salvador, Trinidad e Tobago, Canadá, África do Sul e Argentina.

Com uma tarifa de importação de etanol de US\$ 0,54 por galão (US\$ 0,14 por litro), a política parece cada vez mais longe de consenso. O *lobby* do milho nos estados produtores centrais (Corn Belt do Meio-Oeste), resistem a qualquer proposta de mudança. Mas os estados consumidores das costas Leste e Oeste são favoráveis à importação de etanol.

Atualmente, apenas 25 países do Caribe e da América Central têm o direito de exportar até 7% da demanda americana. ■

Estados Unidos: milho para etanol (milhões de t)



Fonte: NCGA

Usinas americanas a todo o vapor

Com 97 usinas de etanol em operação nos EUA e outras 33 em construção, a indústria está pronta para ultrapassar 7,5 bilhões de galões (28,4 bilhões de litros) de combustíveis renováveis e atender a meta estabelecida pela Lei de Política Energética para 2012.

Sujeitas a ajustes finais, de acordo com a Energy Information Administration em 2006, a produção ficou em cerca de 19 bilhões de litros. Em relação ao consumo de milho, a Kiplinger Agriculture Letter projeta que 23% da safra americana do cereal foram absorvidos pelas usinas de etanol, mais do dobro de 2004.

Com a demanda por etanol em pleno crescimento, há uma expectativa para os preços do milho em 2007 subirem para US\$ 95 a tonelada. A área ocupará mais de 3,0 milhões de hectares em cima da soja. Uma menor oferta da oleaginosa já provoca seus efeitos nas cotações. A agricultura energética melhora a rentabilidade dos grãos.

Açúcar e álcool

Números finais

O RESULTADO final da safra da Região Centro-Sul apurado pela União da Agroindústria Canaveira de São Paulo, mostra crescimento geral, com destaque nos seguintes pontos:

- Condição favorável para moagem de cana, diante da falta de chuvas no período de abril a setembro, e para a maturação da cana (maior teores de açúcar);
- Entrada em operação de 12 unidades produtivas;
- Redução da área de cana não colhida de 2,5% em 2005, para 1,6% em 2006;
- Avanço na colheita mecânica da cana própria.

Tendências

No mercado interno, o aumento na venda de veículos *flex* proporcionou um aumento na demanda de álcool hidratado de 1 bilhão de litros. No entanto, a queda da demanda de 2% no consumo de gasolina C reduziu a demanda de anidro em 1 bilhão de litros.

As vendas totais de álcool anidro e hidratado permaneceram no mesmo patamar da safra 2005/06, com 12,9 bilhões

Safra mais alcooleira

As perspectivas para a temporada 2007/08 apontam incremento na área interna a ser colhida, com a entrada em operação de mais 16 unidades produtivas. A safra tende a ter um perfil mais alcooleiro.

Com relação aos fluxos nas exportações de açúcar começa um novo desenho. Haverá substituição dos embarques europeus, por conta da decisão da Organização Mundial do Comércio. A Índia terá um superávit de 4 milhões de toneladas, enquanto a Rússia, para proteger a sua produção, anuncia aumentar o imposto de importação de US\$ 140 para US\$ 279 a tonelada.

Quanto ao álcool, não se espera grandes surpresas. O volume de exportação deverá continuar estável, no patamar de 3 bilhões de litros.

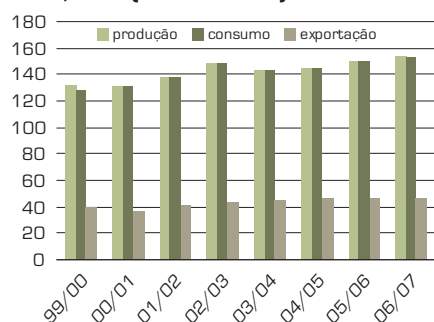
A grande mola propulsora é o carro flex, com vendas que poderão alcançar 1,5 milhão de unidades. A expansão do etanol de milho nos Estados Unidos fortalece esse mercado no País e representa oportunidades para a exportação de álcool, com projeções das vendas via Caribbean Basin Initiative (CBI) atingirem seu nível máximo: 1,2 bilhão de litros.

de litros. A mistura de álcool caiu de 25% para 20% em março e aumentou para 23% em outubro. Tecnicamente, não há razões, salvo qualquer evento totalmente imprevisível, para apostar em falta e escalada nos preços do combustível.

Externamente, os balanços de oferta e demanda na safra 06/07, mostram superá-

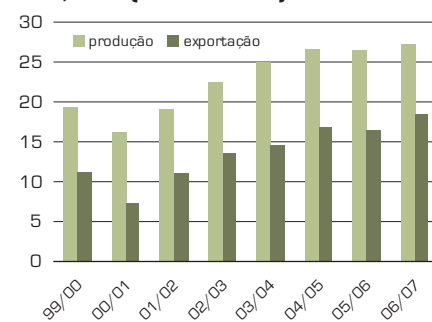
vit, após dois anos de pequeno déficit. A União Européia ainda exportou próximo de 8 milhões de toneladas e houve aumento na produção da Índia e Rússia. O mercado livre movimentou cerca de 46,5 milhões de toneladas, com uma participação de 41% do Brasil. Diante desse cenário, os preços internacionais arrefeceram. ■

Mundo: oferta, demanda e exportação de açúcar (milhões de t)



Fonte: ISO

Brasil: produção e exportação de açúcar (milhões de t)



Fonte: Sexex e Unica

Região Centro-Sul: safra de cana de açúcar

Parâmetros	Safra 2005/06	Safra 2006/07	Var %
Moagem de cana (milhões de t)	336,9	371,0	10,1
Produção de açúcar (milhões de t)	22,0	25,8	17,0
Produção de álcool (bilhões de l)	14,3	15,9	11,2
Anidro (bilhões de l)	7,0	7,4	5,9
Hidratado (bilhões de l)	7,3	8,5	16,2
ATR - Açúcar Total Redutor	47,9	54,5	13,9
Mix de produção [%]			
Açúcar	48,27	49,6	2,7
Álcool	51,73	50,4	[2,5]

Fonte: UPs de SP e Sindicato dos Produtores da Região Centro-Sul
Elaboração: Unica

Bolsa de Nova York: preços do açúcar (centavos dólar/lb)



Fonte: NYBOT

Qualiagro

O caso da carne bovina

Thais Menezes Zimbres*
 Silvia H. G. de Miranda**

A SOFISTICAÇÃO das demandas dos consumidores é desafio para os produtores no comércio internacional de alimentos. O acesso a mercados é complexo, quando se considera imposições dos próprios consumidores, que não são passíveis de negociação, e ficam fora do alcance dos governos. Os países e as empresas de onde se originam o produto devem adaptar-se às exigências impostas, a fim de satisfazer as preferências particulares dos importadores.

Antigamente, a qualidade do produto era um aspecto pouco valorizado na decisão de compra. Com as alterações nos hábitos, nas preferências e as maiores exigências dos consumidores, o conceito de qualidade ganhou importância.

Os casos de vaca louca e febre aftosa nos Estados Unidos e na União Européia, contribuíram para uma atenção especial à qualidade do alimento, especialmente nos aspectos relacionados à segurança do alimento, quando o objeto de estudo é a carne bovina.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS):

- “A segurança do alimento se refere a todos os riscos, crônicos ou agudos, que podem tornar um alimento prejudicial à saúde do consumidor. Não é negociável.”
- “A qualidade inclui todos os outros atributos que influenciam no valor de um produto para o consumidor. Isto inclui atributos negativos como deterioração, contaminação, descoloração, odores desagradáveis, e atributos positivos como denominação de origem, cor, sabor,

textura e método de processamento do alimento”.

O conceito de qualidade aproxima-se mais da satisfação das preferências do consumidor [*visão subjetiva*], ao contrário da idéia de “perfeição técnica” associada [*visão objetiva*].

Nem todas as características de um alimento são relevantes na escolha do consumidor porque: 1) não é possível identificá-las; 2) o consumidor não atribui importância a elas.

A Europa Ocidental é um mercado de tamanho e consumo elevados. A reduzida porcentagem dos gastos com alimentação e o alto nível de renda da população estimulam a venda de produtos variados e customizados às preferências dos clientes. O consumidor europeu exige alimentos seguros, saudáveis e de apelo ético e saudável, com selos e certificados de qualidade.

A Comissão Européia financia projetos sobre a percepção da qualidade da carne bovina pelos consumidores, para a avaliação da qualidade da carne, no momento da compra, com questões sobre a importância de indicadores, de acordo com a faixa etária, sexo, país, local de residência e renda.

Com o objetivo de identificar os principais atributos de qualidade exigidos nos principais mercados consumidores internacionais, foram realizadas entrevistas nos maiores frigoríficos exportadores de carne bovina do Brasil. As informações, apesar de refletirem um pouco a interpretação do exportador a partir das demandas de seus compradores, sinalizam ações estratégicas para manter a competitividade no comércio internacional.

Os resultados preliminares sobre as exigências dos consumidores apontam para o que é mais considerado:

1. As características organolépticas [*atributos analisados sensorialmente e não medidos por instrumentos*] em grau decrescente de importância: cor e frescor, odor, maciez, ausência de nervos ou colágeno, suculência e firmeza.
2. As características físico-químicas (propriedades mensuráveis) em grau decrescente de importância: pH, tempo de maturação, capa de gordura, *dripping*, brilho da carne, marmoreio e carne magra, e resistência ao corte.
3. Em termos de preço e qualidade, a maior importância do primeiro. Este fato vem ao encontro das alterações das preferências dos consumidores, especialmente os de renda mais elevada.

Na parte das exigências legais, os frigoríficos mostram amplo conhecimento, embora a presença de intermediários na exportação, como atacadistas e *trading companies*, reduza a sua “sensibilidade” em relação às preferências dos consumidores.

As informações sobre valores nutritivos e preparo do alimento, ou de medidas relacionadas ao bem-estar animal e adoção de outros controles de qualidade não são evidenciadas.

Em outras palavras, ainda é pouco o investimento das empresas exportadoras para desenvolver um contato direto com seu consumidor final no exterior. O cliente não está exposto a todas as informações sobre os esforços e as iniciativas da indústria brasileira para atender às suas exigências e cada vez mais oferecer um produto diferenciado. O setor carece de um canal de comunicação forte para divulgar o que a carne brasileira tem como um de seus principais atributos: a qualidade. ■

* Graduanda em ciências econômicas – Esalq/USP.
 E-mail: thazim@esalq.usp.br

** Professora doutora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Esalq/USP. E-mail: smiranda@esalq.usp.br

Transgênicos

A mudança de votos na CTNBio é positiva

EM 05 de janeiro de 1995 foi promulgada a Lei nº 8.974, conhecida como Lei de Biossegurança e criada a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Nesses 11 anos de trabalho, foram liberados três tipos de pedidos de produto geneticamente modificado: soja resistente a um tipo de herbicida e de milho e algodão resistentes a insetos.

A discórdia sobre organismos transgênicos é uma queda de braço que vem desde 1968, com liminar concedida a favor do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e o Greenpeace, com a proibição do plantio e comercialização da soja Round Ready. Sem solução jurídica, o governo passa a interceder com medidas provisórias no plantio e na comercialização das soja com organismos geneticamente modificados.

Brasil: Cronologia recente do OGM

- **Outubro de 2003:** presidente Lula encaminha Projeto de Lei da Biossegurança para aprovação do Congresso;
- **Outubro de 2004:** Senado aprova Projeto de Lei da Biossegurança;
- **Fevereiro de 2005:** Congresso aprova Projeto de Lei de Biossegurança;
- **Novembro de 2005:** Regulamentação da Lei de Biossegurança.

Após a regulamentação da Lei de Biossegurança, em novembro de 2005, ao contrário das expectativas da agricultura moderna, a CTNBio não aprovou nenhum pedido de uso comercial de transgênicos. Em novembro último, a autorização para uma vacina contra a doença de Aujeszky,

que ataca suínos, foi negada, apesar de 17 votos favoráveis e apenas 4 contrários. E a última reunião deliberativa do Comitê, programada para o começo de dezembro, foi cancelada por falta de quórum.

Em 2006, a CTNBio aprovou 420 processos solicitatórios, dos quais 125 são liberações planejadas para o meio ambiente. Não foram aceitos 19 processos. Outros nove estão na fila de análise.

Diante do desgaste em torno de aplicação da Lei de Biossegurança no País, em 20 de dezembro último, a Câmara dos Deputados, com 247 votos a favor e 103 contra, aprovou a Medida Provisória nº 327, que:

- Muda as regras para cultivos de transgênicos em escala comercial no Brasil, com redução do número de votos na CTNBio de 18 para 14. Bastará a maioria absoluta, 50% dos votos mais um [27];
- Autoriza a venda do algodão transgênico plantado clandestinamente em 150 mil hectares.

A Medida Provisória também estabelece as condições para o cultivo de transgênicos nas zonas de amortecimento [*faixas de 500 metros entre as plantações e as áreas ambientalmente protegidas*] de unidades de conservação, em áreas de proteção de mananciais de água utilizável para o abastecimento público e nas áreas declaradas como prioritárias para a conservação da biodiversidade.

O Senado ainda apreciará o projeto e depois ele irá à sanção presidencial.. Se confirmar a decisão da Câmara, a política brasileira para transgênicos poderá ter um caráter mais científico e menos ideológico ou religioso. O País certamente ganhará com isso. Aguardam votação na

comissão dez pedidos de autorização de uso comercial de sementes de milho, algodão e arroz.

A mudança do quórum tenta evitar o engessamento da comissão e a proliferação do contrabando de sementes transgênicas. A legalização do algodão clandestino repete um procedimento já adotado, em caráter provisório, nas lavouras de soja. Uma aceitação da ilegalidade consumada, diante da realidade de acesso as sementes, controles precários na fiscalização e falta de decisões oficiais. Um passo para montar uma política para transgênicos no País.

A redução do número mínimo de votos necessários na CTNBio para liberar a comercialização de transgênicos só deve ter impacto na safra 2007/08. O tempo é escasso para empresas planejarem uma eventual demanda por sementes geneticamente modificadas, em especial de algodão e milho. Só agora as empresas sementeiras poderão multiplicar as sementes transgênicas.

O perigo é que, no algodão, se repita o mesmo fato sucedido com a soja há cerca de três anos, quando foi liberado, por meio de medida provisória, o plantio de sementes “piratas”. À época, o plantio de soja transgênica estava disseminado, em especial no Rio Grande do Sul, antes até de a liberação ser oficializada. O cenário atual é bem próximo. O próximo caso será com o milho transgênico.

Em todo mundo, existem segmentos de mercados para produtos transgênicos e convencionais. Metade da área de soja no Brasil é plantada com sementes portadoras de organismos geneticamente modificados, produzidas em escala comercial pela indústria sementeira nacional.

As políticas oficiais dão flexibilidade para não fechar o mercado de transgênicos e evitar a perda de fatias importantes de mercados consumidores. O Brasil deve trabalhar tanto com os alimentos e fibras tradicionais quanto os modificados, ser competitivo nas duas opções. A CTNBio deve cumprir a função de avaliar os riscos das inovações tecnológicas com base nos melhores critérios científicos disponíveis. ■

Legislação

Mapa fundiário

Luiz Augusto Germani*

PODE ATÉ parecer muita pretensão, mas o Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sob a batuta da Lei 10.267, de 28 de Agosto de 2001, pretende encabeçar e nortear o Poder Público federal no sentido de desenvolver um cadastro, de âmbito nacional, que detenha sobre cada imóvel rural do País todas as informações:

- Geodésicas: dimensões, confrontações, acidentes geográficos etc.;
- Fundiárias: em relação à produtividade de cada imóvel;
- Ambientais: reserva legal, área de preservação permanente etc.;
- Trabalhistas: número de funcionários, ocorrência de autos de infração etc.;
- Tributárias: valor da terra nua, valor de benfeitorias, regularidade fiscal etc.

Para atingir esse grandioso objetivo, tendo em conta a estimativa de que o País possui cerca de 4 milhões de imóveis rurais, o Incra tem a intenção de desenvolver seminários para a discussão e implementação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – Cnir.

Esses eventos acontecerão na sede do Incra em Brasília, com a participação de várias instituições públicas, não só de âmbito federal (Receita Federal, Ibama Funai e outros) mas, também, estaduais e municipais que tenham e administrem algum tipo de cadastro de imóvel rural.

O Incra pretende selar termos de compromissos com essas entidades, para que participem da formulação e do abastecimento de informações do cadastro. Obviamente, em contra partida, serão usuárias do próprio cadastro.

Além disso, o Incra pretende manter sob seu gerenciamento esse cadastro, sob a alegação de que detém o SNCR – Siste-

ma Nacional de Cadastro Rural, cuja modernização técnica já está contratada. Isso garantirá toda a parte gráfica do sistema e uma grande quantidade de acessos simultâneos aos bancos de dados, tudo operacionalizado com tecnologia via internet e com possibilidades de compartilhamento de vários bancos de dados.

Há que lembrar que o SNCR, já administrado pelo Incra, detém não só o Cadastro de Imóveis Rurais mas, também, os:

- Cadastro de Proprietários e Detentores de Imóveis Rurais;
- Cadastro de Arrendatários e Parceiros de Imóveis Rurais;
- Cadastro das Terras Públicas [*pouco confiável*].

Deixando de lado eventuais pretensões grandiosas, cabe perguntar qual o objetivo dessa empreitada. Nas palavras de dirigentes do Incra, publicadas no Informativo Incra Sede, de 15.12.2006, será criado “um novo mapa fundiário do País. Esse será o resultado da implementação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais”.

O que é

Um novo mapa fundiário? O que significa isto e a quem serviria? O que diz a Lei acerca de tal cadastro?

O Cnir – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – foi criado pela Lei nº 10.276/2001, que:

1. Não prevê a participação municipal na administração e, muito menos, o compartilhamento de banco de dados do Cnir entre vários órgãos;
2. Estabelece que as duas entidades federais a compartilhar informações seriam o Incra e a Receita Federal, exclusiva e expressamente;

3. O abastecimento de informações nos bancos de dados do Cnir será efetuado pelo próprio proprietário rural e não por terceiros (mesmo que entidades públicas). Isso porque, eventualmente, possam conhecer mal, ou até desconhecer, os reais fatos envolvidos nas operações correntes de um imóvel rural, o que poderia acarretar erros de avaliação e julgamento.

Apesar da pretensão do Incra não ir de encontro e nem desrespeitar a Lei, muitos “desavisados” perguntarão a diferença entre quem abastecerá de informações os bancos de dados do Cnir ou quem acessará tais informações.

Vivemos a “era da tecnologia de informações”. As informações, é óbvio, e como se tem demonstrado, podem ser utilizadas de forma idônea, honesta e produtiva. Mas, também, podem, se manuseadas por mãos tendenciosas, tornarem-se verdadeiras armas a serviço de interesses econômicos ilícitos e, até mesmo, de interesses políticos pouco ou nada legítimos.

Assim, de início, há que respeitar o estabelecido na lei que criou o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – Cnir. Um banco de dados administrado em conjunto pelo Incra e pela Receita Federal, abastecido pelo detentor da posse do imóvel. E, na sequência, há que estabelecer quem poderá acessá-lo, para que fins, e como poderá ser utilizada a informação nele existente. Caso contrário, não teremos um “novo mapa fundiário do País” mas, sim, um especulativo e pouco confiável banco de dados que, em função disso, acabará desacreditado e invalidado pelo Poder Judiciário. ■

*Advogado tributarista
E-mail: germani@germaninet.com.br

Diário de bordo

Impactos da pesquisa

Roberto Rodrigues*

MAIS UMA vez o País comemora os números da balança comercial do agronegócio 2006. Nessa *performance* destaca-se a pesquisa e da experimentação agrônômica. Colhemos o fruto dos investimentos realizados em décadas passadas. Uma estratégia que não se pode perder de vista quando olhamos para o futuro. Hoje temos a melhor tecnologia tropical do planeta, e somos competitivos em diversas cadeias, em grande parte devido aos trabalhos realizados em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Na soja começamos forte desde o início, há 40 anos, com variedades produtivas e resistentes às pragas e doenças. A cultura é o exemplo da disseminação de tecnologia no campo, da conquista do cerrado, do plantio direto e da integração lavoura e pecuária. No algodão tivemos uma verdadeira remodelagem no processo produtivo.

Os avanços tecnológicos deram ao produtor condições para melhorar sua renda e oferecer melhor produto para o consumidor em preço e qualidade. Somente a Embrapa gerou um excedente de R\$ 12 bilhões nos últimos quinze anos. A relação custo benefício foi de 1:13. Cada real aplicado deu um retorno de R\$ 13.

As organizações públicas de pesquisa passam por importantes mudanças. Além do impacto econômico dos seus trabalhos, apareceram também os ambientais e sociais. Foram analisadas 31 tecnologias produzidas pela Embrapa. Do ponto de vista ambiental, a avaliação negativa em 13 decorreu do uso inadequado de energia, em 9 do uso de insumos e em 8 pela biodiversidade. Na parte social, surgiram 206 mil empregos.



Infelizmente, a relação entre o orçamento da Embrapa e o PIB da agropecuária tem ficado abaixo do nível julgado apropriado, correspondente a 1%. Nos países de agronegócio pujante como o brasileiro, a pesquisa pública é muito forte. No caso da pesquisa privada, existe financiamento do governo e renúncia fiscal. A experiência mostra que nos países com muito investimento em pesquisa pública, a pesquisa privada é mais produtiva. De um modo geral, a taxa de retorno é elevada.

Relação entre o orçamento da Embrapa e o PIB agropecuário

1975 a 1982	Cresceu de 0,4 para 1,2
1982 a 1985	Caiu para 0,7
1985 a 1990	Estável em 0,75
1990 a 1992	Cresceu para 1,0
1992 a 2003	Caiu para 0,4

Fonte: EMBRAPA

Todo esforço vem no sentido de promover o desenvolvimento científico e tecnológico da agropecuária. Bem-vinda foi a Lei de Inovação, de dezembro de 2004, que autoriza a União e suas entidades autorizadas a participar minoritariamente do capital de empresa privada de propósito específico. Tecnologia é um processo dinâmico. Se não investirmos nisso, perderemos muito depressa a liderança mundial em agropecuária tropical. Também é fundamental agilizar os processos de pesquisa, sobretudo em biotecnologia, que depende de mudanças na CTNBIO. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócios da FGV, presidente do Conselho de Agronegócios da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Gestão de gastos

Cesário Ramalho da Silva*

MUITO SE tem dito sobre a retomada da agricultura em 2007. Se a conjuntura está boa, o produtor, a cada dia, aprimora a gestão da sua atividade, com estratégias para maior eficiência operacional e melhor negociação na compra de insumos e equipamentos e na venda de produtos. Exemplos são os *pools* para compra de insumos e as operações no mercado futuro.

Entretanto, existe a parte do governo federal, especialmente, com relação ao destino dos recursos orçamentários. Os principais limitadores da competitividade agrícola estão fora do controle do setor, embora tenham relação direta com seu desempenho, como taxa de juros, câmbio e tributação.

Por sua vez, a infra-estrutura, a logística, a defesa sanitária e a pesquisa rural estão em situação aquém do satisfatório. Um direcionamento de verbas públicas distribuídas com mais cuidado e adequadas para essas áreas fortaleceria a competitividade e diminuiria as vulnerabilidades da agricultura.

Os investimentos governamentais em infra-estrutura somam apenas 0,15% do PIB, enquanto países como China e Índia investem de 3% a 4% na área. Os recursos aplicados na defesa sanitária tiveram corte médio anual de 12% entre 2000 e 2005. O orçamento da Embrapa diminuiu de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 1 bilhão de 1996 a 2005.

Levantamento a partir de dados do Sistema de Acompanhamento de Gastos Federais (Siafi), mostram que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) contou com R\$ 3,6 bilhões em 2006, ante R\$ 828 milhões destinados ao



Ministério da Agricultura. Estaria isso correto ou errado?

O setor produtivo rural é favorável a políticas de inserção nas cadeias produtivas agrícolas, desde que haja acompanhamento dos gastos e se meça o retorno do dinheiro aplicado.

Vento a favor

- Clima favorável nos principais pólos agrícolas;
- Recuperação dos preços dos grãos;
- Conjuntura positiva para café, citros e cana-de-açúcar;
- Fim de embargos relacionados às carnes;
- Taxa de câmbio estável entre plantio e colheita

Ao cortar recursos de pilares básicos da agricultura, atrasar na liberação de verbas para auxiliar na comercialização e sem compreender a falta de condições para o agricultor produzir e saldar suas dívidas, o governo coloca o setor em segundo plano. Os fatos corroboram a tese. A febre aftosa voltou, os problemas de escoamento agravaram-se e a pesquisa paralisou-se. Para piorar, os mercados fecharam-se, o frete aumentou e o fantasma da estagnação tecnológica apareceu. É imperativa uma revisão no planejamento de gastos do governo, com prioridade nos recursos para o seguro rural. É uma política que beneficia a agricultura como um todo e gera oportunidade, renda e desenvolvimento para o País. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Otimismo e desafios

João Sampaio*



ESTE É o meu primeiro artigo escrito para a **Agroanalysis** desde que aceitei o desafio do governador José Serra e assumi o cargo de secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, em 1º de janeiro último. Passo de proponente e crítico de políticas públicas agrícolas ao posto de executor. Tenho a certeza de contar com os parceiros, aceito as sugestões e procurarei as soluções para os problemas da agricultura.

O cenário do agronegócio em 2007 é otimista. As previsões são de boa safra de grãos, com estimativa entre 118 a 120 milhões de toneladas. Os preços das principais *commodities* exportadas pelo Brasil estão em recuperação, como a soja e o milho. Poderemos ocupar o espaço deixado pelos norte-americanos, incapazes de suprir o mercado mundial e a demanda interna de produção de etanol a partir de milho.

Apesar de São Paulo não ser um grande produtor de cereais e oleaginosas, há aspectos favoráveis. Contamos com uma infraestrutura superior a de outros estados. Isso melhora a competitividade nos grãos.

Primeiro lugar no *ranking* da produção paulista, o quadro internacional e a demanda de etanol no mundo desenharam um cenário favorável para a cana.

Nas carnes, mesmo sem registrar foco de febre aftosa há 10 anos, São Paulo sofreu embargo de mercados importadores, com o surgimento da doença em Mato Grosso do Sul e no Paraná no final de 2005. Acreditamos no fim do bloqueio. Na avicultura e suinocultura, garantimos a sanidade plantéis, livres de doença de Newcastle e o mal de Awjesky, respectivamente.

Quanto ao endividamento rural, a lucratividade nas próximas duas safras poderá quitá-lo. Os casos dos produtores de Mato Grosso e Goiás são mais preocupantes. Lá o comprometimento é maior e os débitos devem ser saldados até 2011.

O papel da Secretaria de Agricultura é garantir a sanidade, qualidade e competitividade dos produtos paulistas. Trabalharemos com o menor risco sanitário possível mediante a modernização e a informatização dos nossos 14 corredores sanitários. Apostaremos no selo de qualidade, com certificação de origem, diferenciado e de maior valor agregado.

Focaremos as vocações regionais agrícolas. Faremos trabalho intenso de assistência técnica, transferência e de adaptação de tecnologia. Fomentaremos a diversificação das explorações agropecuárias, principalmente em regiões como o Pontal do Paranapanema, o sudoeste paulista e o Vale do Ribeira.

A Secretaria possui 27 Câmaras Setoriais atuantes e colaboradoras. São foros de discussão entre os elos da cadeia produtiva para encontrar soluções. Um apoio necessário para melhorar a tomada de decisão.

Resolver os problemas da agricultura requer muito trabalho e fé na capacidade competitiva do produtor rural. No dia-a-dia, combinar otimismo com boas e modernas práticas de gestão. O agricultor – como eu – acredita na semente plantada para produzir grãos, na ajuda de São Pedro e no preço compensador, para ter recursos e semear a próxima safra. ■

* Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira



PORTAL DO FAZENDEIRO



**Plantando informações
e colhendo sucesso**

www.fazendeiro.com.br

*Faça como os presidentes
das melhores empresas:*

ESCOLHA UM MBA DA FGV.

A preferida dos CEOs

Entre os presidentes das 150 melhores empresas para trabalhar, a maioria escolheu a FGV na hora de fazer um MBA POR DANIELA DE LACERDA

Tradição + inovação. É essa dobradinha que garante o sucesso da Fundação Getúlio Vargas, que completa 62 anos como uma das principais referências em ensino e pesquisa no país. Este ano, a instituição classificou cinco cursos no GUIA VOCÊ S/A - OS MELHORES MBAs NO BRASIL, em quatro categorias: MBA Executivo, Mestrado Profissional e especializações em Recursos Humanos e Tecnologia da Informação. Com exceção do Mestrado Executivo (coordenado pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - Ebape), todos os outros cursos do ranking são administrados pelo FGV Management, progra-

ma de educação continuada criado em 1999. O núcleo, com sede no Rio de Janeiro, surgiu a partir da Ebape e da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE). Hoje, tem 25 000 alunos de MBA, de 600 turmas diferentes, e incorporou o prestígio e a credibilidade associados à FGV.

Entre os presidentes das 150 melhores empresas para trabalhar em 2006, 20% têm um MBA no currículo. Sabe onde a maioria fez o curso?

FGV Management.

Um dos grandes trunfos do programa é o intercâmbio entre o conhecimento produzido pelas diversas escolas da FGV e, também, pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC, que tem

NOTAS DA ESCOLA

Confira a avaliação dos ex-alunos da FGV para:

Qualidade das instalações da escola	8,9
Satisfação com o currículo do curso	9,1
Qualidade do corpo docente	9,1
Qualidade das parcerias internacionais	7,5
Capacidade do curso em impulsionar a carreira	8,7
Qualidade das discussões em classe	9,1
Qualidade do networking proporcionado	8,9

Fonte: AC Nielsen

MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DO AGRONEGÓCIO

Início: abril de 2007 / Local: Av. Paulista, 548

Coordenação: Professor Roberto Perosa Jr.



IDE
EESP
• GV Agro

www.fgv.br/mba-sp - 0800 772 2778